



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social – SER

**DÉBORA OLIVEIRA RAMOS**

**A BRANQUITUDE COMO UMA ESTRUTURA E A QUESTÃO SOCIAL  
NEGRA NO BRASIL: uma premissa analítica da produção científica do  
Serviço Social no ENPESS e CBAS.**

**BRASÍLIA - DF**

**2016**

**DÉBORA OLIVEIRA RAMOS**

**A BRANQUITUDE COMO UMA ESTRUTURA E A QUESTÃO SOCIAL  
NEGRA NO BRASIL: uma premissa analítica da produção científica do  
Serviço Social no ENPESS e CBAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Serviço Social da Universidade de  
Brasília como requisito para a obtenção  
do grau de bacharel em Serviço social,  
sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Lucélia Luiz  
Pereira.

**BRASÍLIA - DF**

**2016**

**A BRANQUITUDE COMO UMA ESTRUTURA E A QUESTÃO SOCIAL NEGRA NO BRASIL: uma premissa analítica da produção científica do Serviço Social no ENPES e CBAS.**

A banca examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, da estudante Débora Oliveira Ramos.

---

Profa. Lucélia Luiz Pereira (Orientadora)

---

Profa. Valdenízia Bento Peixoto (Examinadora Interna)

---

Ângelo Roger de França Costa - Assistente Social (Examinador Externo)

Brasília, 09 de dezembro de 2016.

**Dedico este trabalho à todas as mulheres negras que encontraram na palavra – escrita ou falada – a salvação de suas loucuras.**

## AGRADECIMENTOS

O verbo agradecer contém, em si, o compromisso de referenciar àquelas e àqueles que nas trocas da vida, se dispuseram a nos dar uma parte de si e levar consigo uma parte da gente. Aos que nessa trajetória me fizeram transbordar e seguir em frente, agradeço:

À força divina; ao Deus não-ocidental; ao espírito que dá vida ao corpo; e à terra-orum que emana força e sustentação para a minha caminhada.

Aos que me antecedem e que por meio de sua luta histórica me concederam a existência nesse mundo forçosamente embranquecido.

Aos avós Jair e Pedro, que fizeram passagem antes desse feito, e que me enchem o peito de saudades.

À avó Magda, que enfrentou a morte mais de uma vez e fez renascer em nós, seus descendentes, a fé.

À avó Raimunda, cujo conhecimento excede os saberes acadêmicos.

À Eliett, minha mãe, por ter me concebido como sua extensão e me ensinando que a palavra tem poder, inclusive para curar.

Ao Edmar, meu pai, que trabalhou incansavelmente para me proporcionar uma educação de qualidade.

Aos meus irmãos, Edmar Junior, meu bebê e companheiro, que mantém em mim o constante brilho e alegria; e Tayguara, por me ensinar que o amor está além das palavras.

Aos meus tios e tias, pelos ensinamentos sobre ter garra e persistir em meio às adversidades; e em especial ao Tio Jill, por me ensinar que a vida é colorida, e que seu lar pode ser meu refúgio; e Dinda, pelas orações que me cobrem.

Ao meu amor, Vitor Salazar, que faz da nossa relação a minha fuga, o meu acalento e o meu lugar predileto nesse mundo caótico.

Aos meus amigos Laura, por me fazer lembrar de mim mesma nos momentos de euforia e crise; Melina, pelo riso frouxo e resiliência; Luiz, por dividir comigo a beleza que sua alma tem; Kaic, por me acalmar com sua fala baiana e sua espiritualidade; e Raísa, por ter me permitido chorar e sorrir em conjunto. Vocês transformaram a minha graduação e adentraram a minha vida, tornando-a mais bonita, leve e crítica.

Aos petianos, Caio, Naila, Mika, Luiza e Ana Clara, por simplesmente estarem presentes e resistirem.

À todos estudantes negros, pelo incômodo que um corpo negro gera na academia; e por tornarem essa caminhada menos solitária.

Aos afroamores, em especial ao Gabriel, pela fé que nele deposito; Elis, pelo domínio da palavra rimada; Aline, pela preocupação e cuidado; Leo Dias, por manter acesa a chama da inconformidade e pelo afeto; e Thais, cuja existência, mesmo em outro estado, me alegria a vida.

Ao afroatitudo, equipe do Centro de Convivência Negra - CCN e Quilombo, por serem espaços de resistência e de acolhimento.

Às professoras e professores negros, que impulsionaram em mim o desejo pela carreira docente. Sobretudo à Lucélia, que me orientou sobre os caminhos que validariam minhas epifanias em um trabalho como este.

Aos professores e professoras que apesar de sua construção como sujeitos brancos se comprometem com a perspectiva negra dando a ela o seu devido espaço no ensino. Dentre eles, Val, Marina e Machado, pela coerência de seus discursos.

E à todos que ao cruzarem comigo deixaram marcas, histórias, e ensinamentos. Seus nomes estão em mim...

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo apresentar 1. A branquitude como uma estrutura da desigualdade social e 2. A relação do Serviço Social com a questão racial, tendo em vista que a definição da classe trabalhadora e da questão social extrapolaram as desigualdades de classe e o referencial marxista presente no Serviço Social não oferece insumos suficientes para se pensar na assimetria racial em que a sociedade brasileira se dispõem. Foram analisadas as produções teórico-científicas apresentadas em seis edições dos dois maiores eventos do Serviço Social – ENPESS e CBAS. Dos 6.999 trabalhos somados, apenas 122 continham em seus títulos referência ao debate racial. Evidenciou-se que a questão racial ocupa o espaço de subtema e mesmo quando presente nas discussões os autores tendem a reduzir a dimensão da raça à classe trabalhadora, deixando de fora o debate sobre a branquitude enquanto estrutura que circunscreve a classe dominante.

**Palavras-chave:** Branquitude; Questão Social; Questão racial; Serviço Social.

## **ABSTRACT**

This study has the objective of presenting 1. whiteness as a structure of social inequality and 2. the correlation of Social Work and racial issues in view of the definition of working class present amongst on Social Work, which does not offer enough input to think the racial asymmetry in Brazilian society. There were analyzed the theoretical-scientific productions presented in six editions of the two largest events of Social Work - ENPES and CBAS. Of 6.999 works exposed in both of them, only 122 had in their titles any reference in regards to debating race. It became evident that racial issues occupy a position of subtheme and, when presented in the debates of the category, the authors tend to diminish the dimensions of race to the working class, leaving whiteness as a structure that circumscribes the dominant class out of the debate.

**Keywords:** whiteness, Social Issues, Racial Issues, Social Work.



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	11
<b>Capítulo I</b>	
<b>A branquitude enquanto estrutura da questão social brasileira</b> .....	13
1.1 (auto)Construção do branco no imaginário social brasileiro.....	15
1.2 A escravidão no Brasil: um produto do racismo e seu legado na formação social.....	17
1.3 Racismo: o substrato e combustão da branquitude.....	27
<b>Capítulo II</b>	
<b>Serviço Social e a relação entre Questão Social e a estrutura racial no Brasil</b> .....	39
2.1 Preto e pobre é parecido, mas não é igual.....	47
<b>Capítulo III</b>	
<b>O lugar da raça na produção de conhecimento de Serviço Social</b> .....	55
3.1 Procedimentos metodológicos.....	57
3.2 Apresentação e análise dos resultados.....	57
3.3 Raça e etnia: dá na mesma?.....	61
3.4 Divisão dos eixos temáticos: a Questão racial como um subtema ou mais um componente da diversidade.....	62
3.5 Ponderações sobre o trato com a temática racial.....	63
3.6 Escravidão e raça: não deveria ser uma ligação lógica?.....	65
3.7 Formação profissional e o debate racial como escolha política.....	66
3.8 Considerações sobre outras epistemologias: dando voz à produção teórica silenciada pelo racismo epistemológico.....	70
<b>Considerações finais</b> .....	75
<b>Referências</b> .....	78

**“Vou aprender a ler para ensinar meus camaradas” (Roberto Mendes)**

## INTRODUÇÃO

O exercício da escrita acadêmica é árduo àquelas que conseguiram apreender, a partir das(os) intelectuais negras(os) que nos antecedem, que a produção de conhecimento ocidental possui uma cor e a partir disso se dispuseram a questioná-la. Para quem é negra e mulher, esse movimento é ainda mais violento, e na mesma medida, libertador. A cada fala que evocamos a nós, confrontamos inúmeros relatos e dizeres que nos enquadram em sublugares em toda nossa trajetória. O poder da palavra e a transgressão do lugar silenciado é um ganho coletivo, afinal, toda voz negra inconformada leva consigo outras milhares de vozes negras. Porém, é nesse campo individual e interno que aquela que se atreve a se utilizar da escrita como veículo de mudança social sente as mais densas dificuldades em se fazer versos-voz. Escrever para dentro, em cadernos pessoais ou diários, é a construção de um espelho onde a escrita nos serve de fuga, amparo e reflexo. Escrever para fora é permitir que lhe vejam nua. É sentir-se vulnerável, dada a ousadia das escritas sinceras, em que o sujeito-escritor não se oculta, mas se escancara nos argumentos, que indicam críticas, incomodações e revolta acerca do que se vê e se vive.

No presente trabalho, portanto, respondo aos legitimados produtores de conhecimento com a prepotência de mostrar-lhes que eles também podem ser tema, e que quem aqui vos fala – uma mulher negra - também pode se utilizar da escrita para narrar as impressões do mundo branco que me circunda. O branco aqui se faz enquanto tema. E não sou a primeira a colocar-lhes nesse lugar, aprendi este feito com Guerreiro Ramos e Sueli Carneiro em seus escritos. E, ao fazer coro com estes autores negros, e tantos outros invisíveis para a academia, situei o branco naquilo que ele mesmo criou: a divisão racial. A raça parece ser atributo do outro, do desviante, do diferente: nós, os não-brancos. Situar o branco, portanto, dentro da mesma categoria que criaram é redirecionar a questão para a causa do fenômeno racial no Brasil: a branquitude.

Além de estar inserida no contexto geral das universidades brasileiras, que apresentam predominantemente corpos brancos, nas aulas, nos corredores, nos departamentos e nos referenciais teóricos, há um outro impulso para a construção do trabalho que aqui se apresenta: a formação profissional em Serviço Social. Perceber-me como uma mulher negra nesse curso impulsionou a busca pela dimensão racial dentro das teorias marxistas utilizadas nos programas e ementas do departamento. Deparei-me com uma enorme lacuna sobre tal temática nas teorias que se dispõem a ser universais, ou seja, englobar todo o contingente de trabalhadores, entendidos como a parcela oprimida pelo sistema, cuja categoria se

apresenta como suficiente para abarcar sua complexidade. E, para ter contato com os trabalhos que abordavam a questão racial, tive que buscar em outros departamentos. Ora, por que os autores que falam da questão racial não estão nas ementas do curso de Serviço Social? O que haveria de contribuir para que a questão racial seja subsumida à questão social, quando é central para a profissão? Porque o período escravocrata não é insumo para elaboração das nossas teorias? Por fim, a burguesia – elemento constitutivo da classe dominante e objeto de estudo da teoria marxista – é evidentemente branca no Brasil. Deste modo, para compreender o conceito de burguesia não se pode deixar de considerar a dimensão racial que o permeia e define.

O interesse por essa discussão e a luta antirracista de onde provém não se reduz a um componente meramente pessoal ou uma causa egoísta, como nos acusam a branquitude acadêmica. Quando a caminhada se propõe a manifestar seus desconfortos sociais perante a opressão, exploração e demais injustiças, ela precisa apoiar-se na realidade de tal forma que cada sujeito seja protagonista da sua própria luta e esteja aliado à todo e qualquer segmento societário que possua seus direitos violados.

As construções argumentativas, os diálogos entre os autores mediados por mim e as críticas desenvolvidas aqui se fazem no intuito de promover no Serviço Social a reflexão acerca da necessidade e importância de se pensar a realidade brasileira tal como ela é, assentada sobre a divisão racial. Desse modo, o trabalho se divide em três capítulos: I. **A branquitude enquanto estrutura da questão social brasileira**, onde há considerações sobre a construção do Estado-nação brasileiro a partir da instauração da supremacia branca europeia; sobre a autoconstrução do branco; sobre o período escravocrata como um produto do racismo e que deixou marcas sócio-históricas; e por último a branquitude como um agente produtor e reprodutor do racismo.; II. **O Serviço Social e a relação entre Questão Social e a estrutura racial no Brasil**, cujo capítulo trata da centralidade e concepção da Questão Social para o Serviço Social; e quais as possíveis relações entre o referencial teórico marxista e a realidade brasileira que imputa à questão racial invisibilidade no conceito de Questão Social para a profissão. E, III. **O lugar da raça na produção de conhecimento do Serviço Social**, que traz levantamentos e análises dos trabalhos enviados e apresentados nos três últimos ENPESS (12º, 13º e 14º) e três últimos CBAS (13º, 14º, 15º) que tratam da questão racial. Com isso, tem-se elementos para confirmar ou refutar a hipótese de que para a categoria de Serviço Social a questão racial está num sublugar.

## CAPÍTULO I

### A branquitude enquanto estrutura da questão social brasileira

*A Europa é indefensável.* (CÉSAIRE, 1978, P. 13)

Rumo às índias desembarcou Pedro Álvares Cabral e sua tropa do litoral sul das terras lusitanas à procura de território para a expansão do império de D. João VI. Ao “errar” o caminho e chegar nas águas da Bahia, estava seguro que havia realizado um descobrimento e Pero Vaz de Caminha garantiu a este homem, e aos que o acompanhavam em missão, o protagonismo nos relatos acerca do desconhecido. Cabral nomeou o que via, Ilha de Vera Cruz, ainda quando sobre o mar. Após pisar o solo que avistara, vislumbrado com a beleza natural, foi surpreendido por homens “pardos, nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas”, dizia-se muito semelhantes a seres selvagens, como haveriam de ser assim considerados a partir da relação com o colonizador.

Passadas algumas semanas observando e estabelecendo trocas com esses nativos, sem muito êxito na busca de informações sobre as riquezas da nova terra - pela dificuldade em se comunicar - os portugueses reabastecem o navio de água, rezam uma missa como sinal de dominação da terra e agradecimento e retornam de sua suposta viagem para as índias, finalizando a cerimônia de tomada de posse, que destitui dos nativos a condição de proprietários ao repassar para D. João VI “a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou” (CAMINHA, 1500).

A Carta de Pero Vaz de Caminha (1500) não serviu apenas para noticiar ao rei do encontro das embarcações portuguesas com o novo continente, mas, também para relatar as impressões estéticas do colonizador, exprimindo as intenções de expansão não só do império português, bem como de sua fé:

Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazera a Deus que com pouco trabalho seja assim. (CAMINHA, 1500).

A expansão do império, associada à expansão da fé, tomou nota da ausência do cristianismo e a partir de um modelo civilizatório de sociedade pautado em valores religiosos, acreditou ser apropriado usurpar a realidade do nativo e evangelizá-lo, domesticá-lo.

A igreja teve papel fundamental na dominação dos povos indígenas e, posteriormente, dos africanos por parte dos princípios católicos de Portugal motivados pela crença de que os

povos da terra eram pagãos. E que, portanto, necessitavam de serem catequizados. Assim foi defendido, tempos depois, no contexto em que se estabelece uma relação com o africano, que “a recusa dos negros em se converterem ao cristianismo refletia, de fato, sua profunda corrupção e sua natureza pecaminosa” (p.29), sendo a escravidão “a única possibilidade de “salvar” esse povo tão corrupto” (p. 29), conforme aduz Munanga (2009). E apesar de não legalizada a escravidão pelo Papado, Patrocínio e Rebouças (1885) tomam nota de que “Portugal não reage pela força contra os decretos papaes; dissimula a vesania da cubiça do ardor religioso, e chama de conquista para a fé a violência contra a humanidade” (p. 4).

Nessa perspectiva o que se pode observar é a criação de uma narrativa que diminui o nativo, intitulado indígena pelo homem branco português, ao mesmo tempo em que se utiliza de um mecanismo estratégico de desvinculação do aborígine com a sua terra, negando a este o direito da posse. Desloca-se o título de proprietário daquele que usufrui e está ligado a terra. Assim, o colonizador as assume para si.

O domínio do solo por parte do colonizador extrapolou de tal modo a relação estrita com a terra que passou a assegurar ao colono a ideia de posse/propriedade também dos corpos que nesse território habitavam, enquanto uma extensão de seu domínio sobre a terra.

O corpo indígena, apesar de discursar contra a ideia de descobrimento por parte dos navegantes, uma vez que já estava ali antes da chegada dos portugueses, não indicou a necessidade de disputa. Foi considerado alguém com quem as terras não precisavam ser disputadas. Mas, por que o interesse pela terra habitada por um conjunto de indivíduos organizados socialmente a partir de configurações sociais e políticas próprias não desperta a necessidade de uma disputa pela mesma? Por que o indígena não é considerado dono das terras em que habita? A resposta para essas questões contém a essência da construção do Brasil a partir da lógica da hierarquização das raças, ocasionando o racismo moderno que é intrinsecamente ligado a gênese da nação brasileira e está relacionado à ideologia da colonização europeia dos territórios conquistados.

A branquitude<sup>1</sup> é, portanto, uma ideologia amparada na construção histórica das raças e se assenta sobre um conjunto argumentativo, teórico, pseudo-científico, cultural, social e político que dispõe privilégios ao branco em detrimento da existência – material e subjetiva – dos não-brancos. É importante compreender este aparato ideológico que subsidia a manutenção da hegemonia de um grupo sobre o outro em seu espaço de poder, posto que é esta hegemonia que resulta na inferiorização das populações negras e indígenas.

---

<sup>1</sup> Ver Lourenço Cardoso (2008).

## 1.1 A (auto)Construção do branco no imaginário social brasileiro

*Tu te encontras encastelado na contemplação da ideia que tens do mundo e eu, anjo caído, residente nesse mundo te convido a olhá-lo com olhos que te permitam ver nele a tua face refletida. (CARNEIRO, 2005, p. 22)*

A Europa se impôs no processo de dominação das Américas, África e Ásia com uma visão etnocêntrica que acarretou na sobreposição cultural, política e subjetiva desses continentes. Consoante a isto, buscou definir o que é o “outro” - não-brancos - em grande medida o inferiorizando para justificar sua dominação via colonização e impor o seu próprio lugar enquanto branco detentor de qualidades que foram cuidadosamente tratadas como referências para a perfeição, evolução e civilidade. Desta feita, aqueles que não comungavam com eles das mesmas características, a partir da ausência e/ou negação das mesmas, foram e ainda são considerados sub-humanos, ou humanos inferiores, deixando a inquietação de que “o fato de ser branco foi assumido como condição humana normativa”. (Munanga, 2009, p.28).

O ato de delimitar o espaço de privilégio diante das variações do humano que foram sendo “descobertas” expressa o receio do branco-colonizador-europeu em se ver como um ser humano no mesmo patamar do “outro” e, portanto, compartilhando os mesmos valores e qualidades. Ao se alinhar acreditava que estaria passível a anular ou velar/desacentuar/relativizar o desenvolvimento humano – psicológico, mental, social – atingido pelos europeus e que os diferenciavam dos não-brancos. Desse modo, o fenótipo do não-branco passa a assumir um “caráter distintivo” em que está imbuído e escrito por mãos brancas a ideia de uma identidade negra e indígena expropriada de humanidade, uma vez que o sujeito branco - considerado ser humano - para se definir perante à diversidade humana, recorre a negação do outro para a construção de si. Destarte o que denuncia a “raça negra na sua totalidade é a cor, mas há outros detalhes, como os traços do rosto, os cabelos, o odor do corpo, os costumes, etc.” (Munanga, 2009, p.30) e a partir da discriminação das diferenças criou-se inúmeras narrativas depreciadoras.

No que tange a construção do outro a partir da negação, Carneiro (2005) afirma que

*Se o Outro é aquele através do qual o eu se constitui, o Outrem será aquele intrinsecamente negado pelo ser, o limite de alteridade que o ser concede reconhecer e se espelhar. De que nos serviria essa distinção? Para compreender pactos em que houve oportunidade para que algum e qualquer Outro pudesse ser incluído na sociedade brasileira, e que recorrentemente o negro é rejeitado, situação da qual a nossa história é prene de exemplos. (CARNEIRO, 2005, p. 27)*

Identificar e situar o Outro é parte desse exercício de diferenciação entre os brancos e os não-brancos para evidenciar e reforçar a noção hierárquica que os primeiros estabelecem

em relação aos segundos. De tal modo, que o branco passa a dar nome e identificar o “outro” dentro de um molde de sub-humanidade, para assim tornar justificável a ação de dominação – física e espiritual – no que tange as suas necessidades de exploração e desenvolvimento econômico, bem como de manutenção do status atribuído – por eles mesmos - e compartilhado pelo branco.

É necessário reafirmar que quem denuncia a diferença e a conceitua a partir de elementos culturais e físicos são os colonizadores europeus quando em contato com outras etnias, tribos, povos e etc. À título de aprofundamento acerca dessa afirmativa, Gonzales (1998b) afirma que

A formação histórica de Espanha e Portugal se deu no decorrer de uma luta plurissecular (a Reconquista), contra a presença de invasores que se diferenciavam não só pela religião que professavam (Islã); afinal, as tropas que invadiram a Ibéria em 711 não só eram majoritariamente negras (6700 mouros para 300 árabes), como eram comandadas pelo negro general (“Gabel”) Tárik-bin-Ziad” (GONZALES, 1998b, p. 72).

A presença marjoritária de negros apreendida pelos Ibéricos como um determinante que os diferenciavam dos mouros, além da religião, pode ser assumido como um momento em que a raça serviu de discriminante para definição do “inimigo”, neste caso, aquele que invadiu as terras ibéricas. Essa relação serviu de substrato também para o processo de racialização desenvolvido pela Europa até a contemporaneidade. Gonzales (1988b) afirma ser “desnecessário dizer que, tanto do ponto de vista racial quanto civilizacional, a presença moura deixou profundas marcas nas sociedades ibéricas” uma vez que a “Espanha e Portugal adquiriram uma sólida experiência quanto aos processos mais eficazes de articulação das relações raciais” (p. 73), ainda que não tenha sido este o critério utilizado pelos mouros para auto-organização da invasão da Ibéria.

Para além do resgate histórico acima, no que tange a construção do que é ser branco, apesar de os europeus não se referirem enquanto brancos, cria-se essa dicotomia de raças – para contrapor-se ao negro e ao indígena – por haver nessa discriminação das qualidades físicas e culturais do outro a intenção de se diferenciar, sobretudo para que não sejam equiparados no mesmo nível de desenvolvimento humano. Esta diferenciação dos seres é um jogo de oposição categorial. Malomalo (2014) ao estudar a teoria bordieusiana presente na obra “A dominação masculina” (2003) do autor francês para tratar da dominação de mulheres pelos homens, se apropria dos conceitos de alguns conceitos da obra para analisar a desigualdade racial, e com isso afirma

que a construção desse jogo se baseia num princípio arbitrário para determinar a divisão das coisas e atividades sociais (sexuais, raciais e outras) - divisão social do



trabalho, da economia, da política, dos casamentos, dos espaços sociais -, que recebe a necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogo, tais como: alto/baixo, direita/esquerda, fora/dentro, público/privado, claro/escuro, branco/preto etc. (MALOMALO, 2014, p.179)

Com isso, continua dizendo que “o jogo de oposição categorial não é simplesmente um jogo semântico, metafórico, estético. É, antes, um jogo que tem a sua correspondência na vida social de homens e mulheres, de brancos e negros. É um jogo de poder, feito pelo uso da linguagem” (Malomalo, 2014, p. 179). Logo, aponta que “é através do jogo de oposições categoriais que os seres humanos dominam uns aos outros” (Ibidem, p.179). E assim o branco se impõe como superior às sociedades não-européias.

Tendo em vista a construção do branco através do aparato teórico-científico ao longo da história das civilizações, e a configuração colonial como veículo de disseminação desta ideologia, “as sociedades que vieram a constituir a chamada América Latina foram herdeiras históricas das ideologias de classificação social (racial e sexual) e das técnicas jurídico-administrativas das metrópoles ibéricas. Racialmente estratificadas, dispensaram formas abertas de segregação, uma vez que as hierarquias garantem a superioridade dos brancos enquanto grupo dominante” (Da matta apud Gonzales, 1988b, p. 73).

## **1.2 A escravidão no Brasil: um produto do racismo e seu legado na formação social**

Diferente do que muitos teóricos afirmam e o senso comum contra-hegemônico defende, o racismo no Brasil não é produto do período escravocrata. É certo que ele se intensifica; toma outras proporções; sofre uma espécie de refinamento tornando-se mais abrangente e aplicável no campo material através do tráfico e escravização de negros africanos, porém é por meio da ideação do não-branco como um sub-humano que sua utilização enquanto mão-de-obra escrava torna-se legítima. E não o movimento contrário.

Como tentativa de negar a escravidão enquanto, essencialmente, uma violência racial, é comum o argumento de que em África já havia a existência da escravidão como um regime econômico onde negros escravizavam negros. Essa é uma informação requisitada como comparativo à ação dos europeus para retirar-lhes o peso que suas ações intelectualmente forjadas possuiu. Nisto contém a pretensão em transformar a escravidão no Brasil em um fenômeno necessário para o desenvolvimento econômico do país em que não há nada de surpreendente ou essencialmente violento e inovador na escravização de africanos, posto que esta prática já estava presente em África.

A afirmação acima é baseada em uma informação vazia de aproximação com o real-concreto e bastante distante em equivalência se lidarmos com a 1. realidade vivenciada no atlântico por africanos na importação para as terras brasileiras e 2. o que ocorria em alguns países africanos; tais modelos de escravidão são extremamente distintos. Ambos geraram danos e feriram a dignidade humana, porém, compará-los em todos os níveis expressa a ignorância ou ingenuidade perante as consequências que ambos tiveram e têm, no que tange à estrutura argumentativa e material criada para o surgimento e permanência de cada uma delas, sobretudo quanto aos efeitos identitários e consequentemente sociais que cada uma desencadeou.

“Ainda que a escravidão na África fosse diferente da escravidão praticada pelos europeus, a tradição de exportar escravos para os países árabes era muito antiga em grandes partes do continente, em particular do Sudão” (História Geral da África, 2010, p.8). Dentre essas diferenças a principal delas é que a escravidão em África não partiu da ideia de superioridade racial, tratava-se de uma questão econômica. Por não conter em si a necessidade de legitimar a partir de diferenças biológicas os sujeitos para dominar-lhes, a produção argumentativa não precisou definir cientificamente ou buscar se legitimar através de algum setor, como a Igreja, para manutenção desse modelo de acumulação pautado na escravidão de africanos por africanos. Além disso, a relação de escravidão pautava-se na existência de dívida dos povos ao senhor, em que o escravizado poderia pagar sua liberdade. Tratava-se, portanto, de divisão de classes. Já no Brasil e nas Américas, tratava-se e ainda se trata como uma hierarquia de raças, em níveis extremamente mais acentuados, como por exemplo a quantidade de 12 milhões de escravizados traficados nos navios via atlântico. A escravidão ocasionada pela Europa foi institucionalizada em diversos níveis e setores, da ciência à religião, passando a dominar a construção do pensamento social e político das sociedades escravizadas.

Não obstante, como a centralidade se dá a partir da necessidade de manutenção do branco como superior e não somente um ataque direto e exclusivo à africanos, o povo indígena no Brasil também foi alvo de violências e sofreu um processo de genocídio brutal por não cumprir com as expectativas e planos da sociedade nacional pretendida pela colônia; por se negarem a comungar com a condição à qual foram e ainda são submetidos; por não serem “adequados” ao trabalho escravo e etc. Consoante a isto, por conhecerem as terras brasileiras mais do que os portugueses, aqueles que não foram assassinados num primeiro momento tiveram mais chances de escapar das armadilhas dos senhorios. Embora o contato com a matança de nativos sempre ter se do de maneira massificada.

A partir de novas demandas para o modelo de acumulação vigente, estratégias foram desenvolvidas para a dominação do africano que, sequestrado de seu continente, foi forçado a erguer os pilares da civilização brasileira como a conhecemos atualmente.

Contudo, Patrocínio e Rebouças (1883) afirmam que “o estuário da escravidão teve para nós duas vertentes: a espoliação da liberdade dos íncolas por um lado, e a espoliação da liberdade dos africanos, por outro” (p. 3). Para tanto, o colonizador europeu não recorria somente à dominação física como se é possível observar no texto de Ramos, 1995[1957].

A minoria dominante de origem europeia recorria não somente à força, à violência, mas a um sistema de pseudo-justificações, de esteriótipos, ou a processos de domesticação psicológica. A afirmação dogmática da excelência da brancura ou a degradação da estética da cor negra era um dos supostos psicológicos da espoliação. (RAMOS, 1995[1957], p. 220)

Nota-se, portanto, que o racismo enquanto discurso ideológico foi apropriado pela civilização portuguesa – assumida como uma ramificação do mundo europeu e reprodutora do pensamento ocidental que já tomava grandes proporções deste então –, de tal modo que esta se preocupou em expandir seu discurso e intensificá-lo para assegurar a validade do uso daqueles corpos negros enquanto mercadorias, na consequente submissão destes às condições bárbaras. Esse trato é percebido desde os primeiros contatos e, logo após, no tráfico dos mesmos, como Silva (1987) aqui elucida:

Entulhados nos porões dos chamados “navios negreiros”; ali, negros de diversas nações africanas, clãs e reinados iriam formar um único contingente de pessoas humilhadas e submetidas aos mais cruéis maus-tratos que a história do período colonial nos relata. A convivência nos porões dos “navios negreiros” era a pior possível: falta total de higiene, alimentação escassa, o que trazia, como consequência, a proliferação de moléstias contagiosas, que se tornavam incuráveis nos 120 dias infernais de viagem. (SILVA, 1987, p. 10)

Intitulado o negro como “peças da África”, Silva segue dizendo que

Os escravos negros eram vendidos em lotes do total estocado nos navios. Os lotes eram formados de acordo com os diversos critérios, como: idade, força física, sexo. (...) O negro sofreu total desrespeito à sua dignidade humana, ao ser comercializado em metro e às vezes também em quilograma. (SILVA, 1987, p. 11)

Esse breve resgate do trato com o povo negro africano, ainda na transição via atlântico, busca evidenciar o quanto a história em relação ao berço da escravidão é encarado como um momento fundamental e, contudo, trivial; porém silencia sua – completa – dimensão violenta. Em muito, estes relatos e a configuração organizacional das raças essenciais para compreensão destas informações, são reduzidas à meras notas de rodapé ou

pequenos parágrafos que transformam este período em uma etapa necessária para o desenvolvimento da nação, e portanto, indispensável. Errou-se na história ao tratar não-brancos como animais, e erra-se em sua reprodução ao tratar os mesmos como dados ou como sujeitos sem história e protagonismo. Ausente de um determinante étnico-racial, o que ocorreu no Brasil chega aos olhos e ouvidos do brasileiro, e afro-brasileiro, como 1. Algo importante para a construção do Brasil, apesar de violento; e 2. Um momento que passou e foi superado.

Sequestraram africanos e os transportaram de um continente a outro, e acreditaram que a pior coisa que lhes fizeram foram as chicotadas e as décadas em que ficaram presos à corrente? Césaire (1978) sintetiza genialmente duas impressões acerca da colonização, que aqui circunscrevo para tratar da escravidão enquanto uma ramificação da primeira, e que, portanto, apesar do contexto outro, há um compartilhamento da realidade diaspórica da escravidão de africanos que foram retirados de África; onde o poeta e político caribenho conclama que, de um lado

Falam-me de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhas, de instruções minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas. Lançam-me à cara factos, estatísticas, quilômetros de estradas, de canais, de caminhos de ferro. Mas eu falo de milhares de homens sacrificados no Congo-Oceano (...) Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à vida, à dança, à sabedoria. (CESAIRE, 1978, p.25)

Há marcas na história, nos corpos, nas famílias, na memória; e todas cortam a pele como navalha afiada de maneira silenciosa, por guardar na consciência coletiva do brasileiro as incidências de um pensamento social e político racializado perante o outro, mas que se nega a ser identificado como tal, ou seja, a situar-se como um sujeito que pensa a partir de diretrizes racistas e a reconhecer o Brasil como um Estado que integra ou marginaliza sujeitos a depender de sua raça/cor. Isso exprime em grande medida a forma como o Brasil se relaciona com seu próprio passado.

A mercadorização do corpo e coisificação das relações, postas por Marx (1867) como condições geradas pelo capitalismo, são, portanto vivenciadas pelo corpo negro africano e afrodescendente desde o início do Brasil, ainda na fase colonial, quando não havia o sistema de produção capitalista em terras brasileiras, que, por sua vez, é priorizado como o agente que desumaniza os sujeitos e os tornam mercadoria na e através da teoria crítica marxista. Nota-se que para além do capitalismo enquanto estrutura que produz desumanização, a branquitude, principalmente se tratando da gênese do modelo de acumulação escravagista no Brasil, se

antecipou e atribuiu ao corpo negro a qualidade de objeto, retirando a sua humanidade, tratando-lhes como animais - não só os homens e mulheres africanos alvos do tráfico, mas também aqueles que permaneceram em África; sendo a estes destinado o lugar dos sujeitos bestiais, sem origem e sem importância.

A maneira como o racismo é apropriado pelos sistemas econômicos – escravagista e capitalista –, apesar de cada um possuir suas particularidades, mantêm a mesma essência ao conceber o negro como sujeito passível e apto para a escravidão e a superexploração. Quanto ao Brasil, devido a implantação e expansão do capitalismo, permitir-se-á a exploração da força de trabalho também de brancos, dado que agora se tratava de trabalho formal. Alguns autores, como Ianni (1963) apontam que a africanos e afrodescendentes não eram aptos para o trabalho formal. Este deveria ser também o pensamento que prevalecia à época, e que ocasionou a abertura para a mão de obra de estrangeiros em detrimento da força de trabalho que já existia no Brasil via ex-escravizados. Para tanto, em 28 de junho de 1890 houve o Decreto nº 528, que “Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil”, restringiu a entrada de “indígenas da Ásia e da África”, no 1º artigo do 1º Capítulo:

E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indígenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. (BRASIL, decreto 528, 1890)

.Este pode ser considerado um grande marco ao instituir legalmente a política de embranquecimento do país, caso a quantidade de indígenas assassinados e negros mortos nos navios negreiros e senzalas não serviram como exemplo primário e legítimo para afirmar tal ideologia racista. Voltando, é notório a prevalência majoritária de negros e negras em trabalhos menos valorizados; com menor remuneração; restrição de direitos trabalhistas; e informalidade. Este fenômeno está associado ao lugar destinado para a população africana e afrodescendente no pós-abolição. Tendo o Estado não permitido a ascensão dos não-brancos, manteve-se e mentem-se sendo a informalidade ou trabalhos manuais e menos valorizados o espaço onde a classe trabalhadora afrodescendente se mantém como força de trabalho útil. Faz-se jus refletir que o racismo é fator essencial para compreender o lugar destinado ao negro/afrodescendente no Brasil.

Decorrente do mesmo pensamento que associava tão naturalmente o negro à condição de escravo, “a pobreza a que estão condenados os negros no Brasil, é parte da estratégia racista de naturalização da inferioridade social dos grupos dominados” (Carneiro, 2005, p. 30). De escravo à pobre, o afrodescendente é colocado à margem da sociedade por meio do racismo. E a contemplação social do povo e instituições perante essa violência ao afrodescendente e indígena é também produto do racismo, uma vez que destina ao não-branco a responsabilidade de alterar a situação em que seu povo está inserido. O Estado se nega a assumir a culpa. É como pedir para alguém que está amarrado, que ele se liberte. E a cada nó que vai se afrouxando, alguém vem e o aperta de novo. Depois, o Estado, personificado na figura do homem que aperta os nós e os atou pela primeira vez, diz ao cativo que lhe foi dada a chance de se libertar e ele não quis, ou não se esforçou.

A ação perante o corpo negro na condição de escravo, que pode ser comparada a forma mais brutal e violenta, tanto ou mais que o ato de retirar a vida de alguém em seu sentido absoluto, para além de incidir materialmente no corpo físico de negras e negros escravizados, atingiu também a condição subjetiva que compõe a noção de humanidade e pertencimento do mesmo. A questão do racismo por detrás da escravização do africano desvela que tratá-lo como mercadoria é apenas uma de suas muitas facetas. O racismo não surge na e pela escravidão, posto que já havia um movimento exercido pela branquitude em reconhecer o não-branco como “menor” em valores e humanidade, negando a ideia de que o racismo surgiu a partir da mercadorização do negro em tal período. Porém, em cada momento histórico o racismo e a forma como se apresenta sofre metamorfoses, mantendo sua essência degradante e inviolável.

Exemplo da não essencialidade da escravidão como agente primordial para a construção do racismo é o fato do indígena perante a ótica social, ainda atualmente, não ter precisado sofrer um sistema escravocrata tão estruturado e consolidado quanto o direcionado a pessoas negras africanas, e se encontrar, ao longo de toda história do Brasil segregado à sociedade brasileira.

O afrodescendente passou a ser visto como mercadoria pela junção do status do branco que se sobrepõe àquilo que é oposto a ele em soma às necessidades de expansão econômica de Portugal. A racialização das relações sociais, efeito da racialização dos sujeitos, tem completa interferência no formato de acumulação, pautado na força de trabalho de africanos, que se desencadeou no período colonial; pois se a intencionalidade que permeia a necessidade de mão de obra escrava fosse simplesmente o desenvolvimento econômico, as pessoas brancas, de uma classe social subalterna que seja, seriam aptas ou tidas como opção para

cumprir com o papel de trabalhador escravo no Brasil. Tal qual como foram solicitadas para preencher as vagas dos trabalhadores assalariados que surgiram como demanda com a revolução industrial em 1930.

Como forma de aproximar-se do legado intensificado pela escravidão e de sua gênese anterior a divisão de classes tal como se apresenta no modelo capitalista, tratar de racismo é também falar de burguesia x proletário e de condições materiais de exploração de uma determinada classe pela outra, mas seu debate não se finda nesses termos, posto que suas raízes ultrapassam o pragmatismo imposto por essa dicotomia. A desigualdade racial perpassa a divisão de classes, mas, não se esgota nela. Sendo o racismo consolidado pela hierarquia racial do branco frente o não-branco, o fim da escravidão não foi suficiente para devolver ao negro aquilo que lhe foi retirado. E a assimetria racial permanece intacta e transversal na divisão de classes posteriormente instaurada no Brasil à época.

Seguindo a história econômica, outro marco foi a Revolução Industrial no Brasil, já mencionada acima, ocorrida na década de 30, e assumida como o início da desigualdade Social brasileira por vários teóricos marxistas<sup>2</sup>. Nesse período as mazelas e violências sofridas pelos não-brancos seguem sendo intensificadas pelo novo modelo de acumulação que ganhou espaço pela via da industrialização, e que passou a atingir não só os não-brancos, mas toda classe de sujeitos destituída da posse dos meios de produção, ou seja, àqueles cujo único bem é a própria força de trabalho. Como dito, a política de imigração proibiu a entrada de cidadãos vindos de África e Ásia, com vistas a embranquecer o país, em que o fenômeno direto causado por esta política se dá na expansão da classe trabalhadora branca e a intensa hipermarginalização das populações não-brancas, dado que os afrodescendentes foram inseridos abaixo da base piramidal instituída com o advento do capitalismo. O papel ideológico do racismo é apropriado no modelo de acumulação em voga, pois além da subalternização que gera entre os que possuem força de trabalho para vender em contraste àqueles que possuem meios de produção e capital para comprar-lhes a força, o racismo cria subdivisões no seio de uma mesma classe, com maior incidência na trabalhadora, por ser onde se concentra a maioria da população afrodescendente brasileira.

Se o negro já era a própria mercadoria, os outros sujeitos não marcados pelo fenótipo negro e indígena passam a ter como fonte de manutenção da própria vida a sua força produtiva, que pela via do trabalho assalariado se torna a mercadoria comprada pelo patrão burguês. Se a classe pauperizada se amplia, pelo enrijecimento da classe burguesa assumindo para si a propriedade privada e seus recursos em paralelo a abertura imigratória a outros

---

<sup>2</sup> Alguns destes autores aqui referidos estão presentes no 2º capítulo deste trabalho: “Serviço Social e a relação entre Questão Social e a estrutural racial no Brasil”

países – menos África e Ásia – para virem construir e compor o projeto de nação vigente: brancos passam a sofrer com a exploração física pela relação capital x trabalho, mas mantêm-se com privilégios em relação aos não-brancos. Enrijece-se a assimetria racial com o fracionamento social, dado que o corpo negro permanece à margem e marcado pelo trabalho escravo como espécie de um lócus, não obstante, ainda havia muitos resquícios do trabalho vassalo mesmo com a abolição, e acima de tudo, a consciência dos sujeitos e sujeitas da época não ressignificaram sua relação com o negro; logo este não passa a ser visto como humano, ou cidadão que seja, a partir de sua suposta liberdade e/ou mudança de modelo econômico.

Para Carneiro (2005)

(...) raça é um dos elementos estruturais de sociedades multirraciais de origem colonial. Os conceitos de *apartheid* social, a supremacia do conceito de classe social sobre os demais - como pretendem os pensadores de esquerda, herdeiros do materialismo histórico dialético – são conceitos que não alcançam, e, ao contrário, invisibilizam ou mascaram a contradição racial presente nas sociedades multirraciais, posto que nelas raça/cor/etnia e, em especial para o Brasil, são variáveis que impactam a própria estrutura de classes. (CARNEIRO, 2005, p. 29)

Europeus imigrantes passam, portanto, a ocupar um outro espaço advindo da divisão de classes, que é um campo subalterno em termos econômicos; mas pelo seu compartilhamento étnico-racial branco, estes se privam de mazelas e violências direcionadas aos sujeitos não-brancos. Em contrapartida, não-brancos não são os sujeitos que passam a compor a burguesia. Não há um trânsito livre permitido para o negro, tampouco impulsos que o permitam se deslocar do lugar subordinado e pauperizado em que se encontrara. Em primeiro, porque vem de uma estrutura em que nem mesmo lhe pertence, sendo corpo-mercadoria-escravo do outro – o senhor; em segundo, porque não haviam mecanismos que compartilhassem com o negro a possibilidade de ascensão, haja vista os resquícios da vida escrava ainda tão próxima e sem reparações desde a abolição; por fim, porque ainda que a pobreza pudesse ser permitida a alguns brancos, a “posse”, os bens, o poder de compra, o status de elite, não era passível de ser associado e/ou alcançável a um homem ou mulher negra.

A dominação subjetiva, simbólica e imaterial do corpo negro no Brasil ganha ainda mais notoriedade na transposição de um modelo de acumulação – escravagista – para o outro – capitalista – pois mostra que este pensamento é forte o suficiente para se manter como consciência coletiva, social e política mesmo em moldes muito distintos de exploração dos sujeitos; estando o racismo para além do campo material e independente deste para permanecer direcionando os avanços e retrocessos em tempos históricos diversos. O afrodescendente deixa de ser escravo, mas isso não foi suficiente para este ser considerado



humano nesta transição econômica. Com o desarmolo da história ainda hoje o afrodescendente é qualificado como humano inferior em termos culturais, políticos e sociais. E quanto ao indígena, confirma-se no trato da nação ainda hoje perante o indígena, que não é somente pela via da dominação material, tal qual foi a escravização, que se atinge e se mantém a máxima do racismo: a desumanização.

Vale ressaltar que Marquês de Pombal em 1755 “libertou os índios”, e o tráfico de negros africanos só foi abolido em 1831, e a escravidão em 1888. Contudo, apesar de libertos cerca de 133 anos antes dos afrodescendentes, indígenas não foram assumidos pelo povo brasileiro que naquele período estava se formando, como um cidadão pertencente a sociedade que ali surgia. Não é o título de escravo que diferenciava os sujeitos à época, mas o discurso criado e defendido em relação aos segmentos societários existentes que divergiam do modelo europeu de organização social, e que foram enquadrados em raças conceitualmente opostas ao que é ser branco, e conseqüentemente de menos valor.

Desvelar os determinantes que constituem a realidade dos não-brancos brasileiros na base da pirâmide sócio-racial como lócus por excelência, permite a superação de uma máxima que se pauta e prioriza o domínio da classe trabalhadora pela burguesia como único e/ou maior determinante exigido para compreensão da desigualdade social brasileira. De tal modo avançamos a análise quando complexificamos o fenômeno da contradição social ao perceber que o que constitui a sociedade e suas relações é, sobretudo, uma estrutura racializada, e que em termos históricos se coloca como anterior a divisão de classes tal como se apresenta na história a partir da lente marxista como berço da questão social brasileira. Logo, torna-se ainda mais complexa a emancipação dos sujeitos cuja condição de classe está intrinsecamente ligada a sua configuração biológica/fenotípica: ser afrodescendente e indígena.

Num sistema econômico em que o título de cidadão é passível de ser adquirido através do consumo, essa subversão do lugar do oprimido é tangível apenas aos trabalhadores brancos, uma vez que estes encontram na ascensão econômica uma brecha para sair da situação de exploração vivenciada. Mas, o negro ainda que pertencente à burguesia, ou seja, alguém que por algum mecanismo conseguiu ser detentor de propriedade privada e meios de produção, ou possui renda suficiente para ser enquadrado em uma classe média ou alta, permanece sendo marcado pelo seu fenótipo como um sujeito que precisa sempre falar “quem ele é” de tal modo que justifique porque está ali compartilhando de um espaço branco – restaurantes “chiques”, universidades públicas, hospitais privados, aeroporto, shopping em zona nobre, condomínios residenciais elitizados, e etc – ou seja, espaços pensados e construídos para a classe dominante, que possui cor – ou, em sentido literal, não possui.

Sendo facilmente, o afrodescendente, confundido, quando transitando por estes espaços, com o garçom, ou o ladrão, mas dificilmente com o cliente ou morador.

Conforme Sovik (2009), ainda hoje “ser branco neste país arco-íris, é uma espécie de aval, um sinal de que se tem dinheiro mesmo quando não existem outros sinais, é andar com fiador imaginário a tiracolo” (p.47). O racismo diz respeito também a quem pertence a determinados lugares, e quem não pertence; destarte se seu discurso oral não tiver espaço ou tempo para ser proclamado em sua defesa, o corpo do afrodescendente, lido como negro, recebe a interpretação do branco que habituado em seu espaço determina quem deve ou não compartilhar determinados ambientes e locais com ele. O trabalhador negro não possui para si a alternativa de romper com a sua subalternidade simbólica através da ascensão e posse de bens, já que conforme Fanon (2008) “onde quer que vá, o preto permanece um preto”, e, portanto, é alvo da visão socialmente construída sobre ele, e que mantém sempre atualizado os primeiros discursos declamados pelo colonizador em relação aos não-brancos.

Por conseguinte, é o racismo quem movimenta a escravidão no Brasil nos moldes com que foi estabelecida e impulsionou aquilo que já era compartilhado pela branquitude mundialmente: a defesa da raça branca como superior. Sendo assim, o rompimento material no campo da realidade concreta a partir da abolição da escravidão não assegurou nenhuma mudança no pensamento já racializado e defendido desde e anterior ao Brasil da Ilha de Vera Cruz.

A emancipação vem também, e principalmente, da mudança do pensamento social e político embranquecido – arraigado de pressupostos que durante muito tempo permaneceu sendo incontestado e intocável. E que hoje encontra na negação um espaço confortável para permanecer sendo reproduzido, afinal “no Brasil não há racismo. Estão querendo importar essa história dos EUA pra cá!”, Gonzales (1984) deixa isso muito evidente quando trata da fala de muitos brasileiros, de maneira irônica, mas, certamente, já vivenciada por muitas e muitos de nós:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALES, 1984, p.226)

A história só é bela e aceitável para tantos em seus relatos por que privilegia alguns sujeitos, e lhes dá o direito a escrita. O protagonismo é ainda aquele atribuído a Pero Vaz de Caminha, e não ao indígena ou ao africano. O branco exerce a violência e na história trata de

romantizar todos os seus feitos para justificar suas ações. Durante todo o processo, quem permanece ganhando e tirando proveito das decisões políticas são eles: os homens brancos apegados aos seus tronos. E àqueles e àquelas que sofreram e ainda sofrem os ataques e efeitos de uma política para manutenção do poder dos filhos de Portugal, posteriormente abrasileirados pela história, são enunciados para representar uma nação diversa, multicultural e miscigenada, quando não necessários para representar o povo brasileiro na propaganda que se faz para o mundo do que é o Brasil e suas belezas naturais. São os – negros e negras, mulheres e indígenas - quem estiveram e estão na linha de frente, pagando o preço da ordem e do progresso da nação racista e patriarcal que nesse país se consolidou.

### 1.3 Racismo: o substrato e a combustão da branquitude

O racismo<sup>3</sup> engendra-se quando a identidade de um conjunto de indivíduos a partir de um compartilhamento étnico ou racial está moldada por um estereótipo violado por conceitos intelectualmente fundamentados pela ideologia dominante, com princípios e intenções de manter o outro no lugar subalterno. Antes de se apresentar como discurso, o racismo é um fenômeno que assegura que o contato com pessoas pertencentes a grupos subjulgados não seja feito de maneira direta com o sujeito, e sim com os estereótipos sob os quais aquela identidade está associada. O racismo relaciona o agente ativo ao arquétipo, neste caso, o negro, impedindo que discursse sobre si sem precisar negar um imaginário que fala sobre seu próprio corpo antes mesmo deste se fazer voz<sup>4</sup>.

Está presente nesse imaginário social algumas impressões, crenças, valores e, sobretudo, superstições acerca do negro que traz consigo uma narrativa pré-moldada sobre tais sujeitos, e que retiram dos mesmos a possibilidade de se apresentarem ao mundo de maneira crua e inédita. O racismo impõe ao corpo negro uma história compartilhada que o coloca em lugares onde mesmo sem ter por ali passado, são e estão associados à sua cor e ao compartilhamento de seu povo no histórico violento em que esteve inserido, e essencialmente delineado pela visão do opressor. Há uma inversão da lógica universal por conta do racismo

<sup>3</sup> O racismo se configura pela violência – verbal, psicológica, física – direcionada a pessoas a partir de seu compartilhamento étnico-racial.

<sup>4</sup> Como exemplo, cinco jovens negros foram mortos pela Polícia Militar do Rio de Janeiro em dezembro de 2015, ao serem considerados os suspeitos enquadrados na denúncia de um carro roubado feita naquele dia. Os jovens, que estavam dentro do carro, voltando e comemorando o emprego de um deles, foram alvos de 111 tiros. Não há explicações que possam justificar a truculência policial, uma vez que os jovens não reagiram, tampouco possuíam arma para estabelecer algum confronto. Matéria disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Cinco-jovens-negros-tem-carro-fuzilado-pela-Policia-Militar-no-RJ> e <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/mais-de-100-tiros-foram-disparados-por-pms-envolvidos-em-mortes-no-rio.html>>. Acessado dia 09/12/2016.

uma vez que imputa ao negro certas premissas sociais que precisam ser negadas, uma vez que se afirmam por meio do pensamento social e se materializam em inúmeros constrangimentos ao não-branco, como na abordagem policial que é diferenciada a brancos e não-brancos, por exemplo.

Um outro ponto do racismo é reduzir a totalidade do ser a sua raça. E por isso o racismo, sobretudo no Brasil, tem uma direção muito bem definida. Não se vê por aí um homem branco sendo identificado como um branco, e isso servindo de justificativa para algo que tenha feito. Ninguém afirma que “se um branco não caga na entrada, caga na saída”, ou se referencia a alguém que desconhece ou cujo nome não importa como “branquinho isso, branquinho aquilo...”. Um branco não precisa se identificar como tal, porque a ele é dada a chance de se identificar e falar sobre si. Quanto ao negro, na maioria das vezes, sua raça será requisitada para situá-lo no lugar em que se encontra. Do negro que se destaca no MMA (Mixed Martial Arts) e nos esportes ao negro que supostamente está, pela ótica societária, predisposto ao crime. Ser negro, em grande medida, é utilizado como justificativa para explicar algum fenômeno, que por parte da branquitude, vem para impor um sentido pejorativo na leitura que faz do outro.

Nota-se que o termo “negro” foi e é utilizado, pela classe dominante branca, como uma classificação na qual se impõe aos afrodescendentes a ausência de singularidades e complexidades assumidas por outros sujeitos. De um modo distinto, mas a partir de uma mesma matriz, tal lógica recai também sobre o indígena que é pressionado pelo progresso civilizatório. Incide que sobre o indígena só é possível falar que é indígena como se esta identidade dissesse tudo que precisa ser dito ao seu respeito. Como se intitulá-los enquanto indígena fosse o suficiente para apreender suas diversidades enquanto indivíduo e coletivo, novamente, para justificar algum fenômeno, que neste caso pode ser em relação ao seu “atraso” perante o “desenvolvimento” atingido pelos cidadãos brasileiros. Não obstante, surge a questão “desenvolvimento às custas de quem e para quem?”.

A despeito da identidade é preciso diferenciar 1. A imposição de uma identidade pelo branco colonizador na intenção de reduzir o outro para delimitar o espaço do branco como humano evoluído; do 2. movimento de insurgência dos povos subalternizados a partir da apropriação da forma como os colonizadores os intitularam, para através deste vocativo ressignificarem sua existência. Certamente ambas as premissas jamais terão o mesmo peso, por conterem em si performances diferenciadas, uma vez que o segundo exerce um movimento contra-hegemônico e nisso imbuí-se o esforço reflexivo e intelectual de ir contra

ao que está imposto, dado que o que está imposto é violento e opressivo para com estas minorias políticas, porém, maioria societária.

Contudo é necessário elucidar que a categoria raça não foi criada pelos subalternos, tampouco pelos movimentos contra-hegemônicos.

Sobre a utilidade do termo “raça”, Carneiro afirma ser

um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. Mas por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos, – tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite. (...) A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. (CARNEIRO apud GUIMARÃES, 2005, p. 28-29)

Apesar da ausência de cientificidade, esta categoria está presente no mundo das ideias e se materializa na forma como a sociedade brasileira foi conduzida através da hierarquização dos sujeitos a partir de sua raça, esta se torna um meio legítimo para análise da realidade social. A raça está definida em oposição ao branco, que como dito, foi assumido como padrão. Ou seja, o negro possui raça, o branco não. Porém, o negro só é capaz de se expressar enquanto raça uma vez que o branco precisa se diferenciar dos demais não-brancos.

O racismo funciona de maneira tal que há a suposição de saber a respeito do sujeito a quem o racismo se destina antes mesmo de uma aproximação real. O que dizem supera o que pode ser dito sobre si mesmo. Não podendo esquecer que o direito à voz também lhe é renegado como um veículo que pode afirmar sua existência. Como afirma Vilma Reis, “nesse mundo é preciso ter nome e sobrenome, senão o racismo vem e te dá o nome que ele quiser”. De João (nome fictício), você é referenciado como o “menor”, o “ladrão”, o “moleque”, “neguinho”, dentre outros.

Para compreender o racismo como produto da ideologia branca, sua estrutura e os seus efeitos na contemporaneidade, principalmente sobre o processo de inferiorização do indivíduo afrodescendente na sociedade brasileira, é necessário encará-lo como uma “construção histórica” (Moore, 2007). Tal afirmativa se confirma quando Munanga (2009) se refere ao papel da ciência e da religião na construção do racismo:

Uma primeira tentativa foi a de pensar o negro como um branco degenerado, caso de doença ou de desvio à norma. A pigmentação escura de sua pele só podia ser entendida pelo clima tropical, excessivamente quente. Logo isso foi considerado insuficiente, ao constatar-se que alguns povos vivendo no Equador, como os

habitantes da América do Sul, nunca se tornaram negros. Uma outra justificativa da cor do negro foi buscada na natureza do solo e na alimentação, no ar e na água africanos. Não satisfeitos com a teoria da degeneração fundamentada no clima, outros aceitaram a explicação de ordem religiosa, nascida do mito camítico entre os hebraicos. Segundo ele, os negros são descendentes de Cam, filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por lhe ter desrespeitado quando o encontrou embriagado, numa postura indecente. Na simbologia de cores da civilização européia, a cor preta representa uma mancha moral e física, a morte e a corrupção, enquanto a branca remete à vida e à pureza. (MUNANGA, 2009, p.28)

Contudo, é necessário evidenciar que o racismo no Brasil é pigmentocrático. Quanto mais escuro, ou seja, mais distante da tonalidade de pele clara e fenótipos finos for, maiores os limites impostos ao sujeito. O racismo brasileiro é, em grande medida, se não completamente, uma resposta imediata aquilo que se vê. Não interessa ao agente que produz e reproduz o racismo se o avô do outro é negro, desde que os traços naquele com quem se estabelece o contato não se evidencie.

O racismo atinge o deslocamento social e acessos que determinadas famílias possuem, impedindo-as de ascender, e opera na marcação dos corpos que possuem e carregam esse “defeito de cor”. Existem sujeitos que não sofrem racismo diretamente por conta do fenótipo e que foram situados socialmente em classes subalternas por conter no histórico familiar pessoas negras, que evidentemente estiveram à margem da redistribuição de renda do país. Por outro lado, o racismo enquanto ação direta, com inúmeras dimensões de violência, não questiona sua linhagem para ser direcionado, ele atinge aquilo que se vê. O racismo não dialoga, não faz perguntas, muito pelo contrário, ele opera silenciando para oprimir e oprime para silenciar. E quando questiona é para coagir.

Não é pretensão deste texto procurar as raízes do pensamento racista no indivíduo que a reproduz nem suas motivações pessoais para tanto, porém, é necessário diferenciar racismo de preconceitos em geral. Posto que, no que tange ao racismo e as suas ramificações, tem-se o preconceito, que pode se apresentar enquanto um exercício do racismo e uma ideia individual em relação a algo ou alguém motivados pelo senso comum. Moore (2007) afirma que “a confusão entre racismo e preconceitos é evidente”

os preconceitos não são necessariamente manifestações de racismo. Pelo contrário: é o racismo que gera os piores e mais violentos preconceitos. Dentre eles, o mais profundo e abrangente é a noção da inferioridade e superioridade racial inata entre os seres humanos” (MOORE, 2007, p. 280).

Inúmeros são os efeitos do racismo no cotidiano dos não-brancos ao longo da história, que enquanto produto discursivo da classe dominante adentra, constrói a consciência coletiva dos cidadãos e cidadãs e delinea e consolida relações sociais que intensificam a pauperização

imposta verticalmente pela burguesia aos trabalhadores. Acumula-se sobre seus corpos – femininos e não-brancos - vários discriminantes que interligados intensificam a condição marginal e abjeta perante os efeitos/diretrizes/formato/incidência de um sistema racista-patriarcal-capitalista. Com isso, amplia-se a apreensão dos determinantes estruturantes da questão social brasileira na atualidade, e constata-se que o gênero e raça diferenciam os sujeitos de uma mesma classe social.

No Brasil, constatamos os efeitos que a colonização impôs sobre a cultura, aos corpos, a história, etc., ao perceber que esse modo de se conceber o afrodescendente, bem como o indígena e a mulher, passou a construir a ideia de que a nação teria diante de si e diante do outro, trazendo na construção do pensamento social do brasileiro aquilo que o antropólogo Oliveira (1981), para tratar do caboclo<sup>5</sup>, recorre ao conceito de Hegel em *consciência infeliz*. Para o autor, essa consciência infeliz é fruto de uma personalidade fracionada em duas: “uma voltada para seus ancestrais, outra, para os poderosos homens que o circundam”, e continua, afirmando que o caboclo, como fruto desse contato de imposição cultural da classe dominante num misto de conservação da própria tradição e identidade “pode ser visto ainda como o resultado da interiorização do mundo do branco”. (p.77)

Quanto ao processo equivalente vivenciado pelo negro, Fanon (2008) intitula como epidermização da inferioridade o fenômeno da interiorização da branquitude pelo negro africano. O autor nos diz que “o negro quer ser branco” posto que “o branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (p.27). Dessa forma, há os negros que buscam embranquecer-se na intenção de adquirir os valores atribuídos ao branco, e há, em contrapartida, os negros que “querem, custe o que custar, demonstrar aos brancos a riqueza do seu pensamento, a potência respeitável do seu espírito” (p.27)

De maneira distinta, com estratégias e motivações outras, a branquitude impôs tanto aos indígenas a subalternização subjetiva e concreta de sua existência, quanto às negras e negros africanos que escravizou, através de um aprofundamento discursivo fomentado por diversas áreas do conhecimento e setores da sociedade, no intuito de legitimar e reafirmar a noção de superioridade que o branco europeu possui em relação a todas as outras etnias.

O racismo atinge o reconhecimento da própria identidade do negro, conseqüentemente por idealizar o branco enquanto sinônimo de belo, civilizado e humano; nega-se aquilo que de negro e mestiço – filho da relação de brancos e negros – possui, para exaltar e buscar evidenciar em si o que lhe aproxima do branco em suas qualidades. A dificuldade em revelar a negritude do brasileiro se consolidou inclusive pelo processo de miscigenação – e que, por

---

<sup>5</sup> Conferir a obra “O índio e o mundo dos brancos” do autor para compreensão da categoria “caboclo”.

sua vez, não se caracteriza por um movimento natural do encontro de raças biologicamente/fenotipicamente distintas, mas que faz parte da política de embranquecimento adotada pelo Estado para apagar da memória social a base constitutiva de sua sociedade nacional, o africano como um sujeito histórico responsável pelo desenvolvimento econômico, social e cultural do país.

Como reflexo da miscigenação compulsória há hoje um contingente enorme de pessoas afrodescendentes que não se vêem como negras e, por outro lado, reconhecem que não se enquadram na branquitude e que tampouco compartilham dos privilégios a ela atribuídos. São estes os ditos: “pardos”, que mais uma vez, são identificados pelo olhar do colonizador/branco/dominador/opressor.

Se os pardos, que não são reconhecidos, ou não se reconhecem, enquanto negros, ou seja, afrodescendentes, não podem, concomitantemente, se reconhecerem como brancos, parece ser suficiente a apreensão desse movimento de retração por parte da branquitude a tudo aquilo que é incontestavelmente branco, ou “o mais branco” do espaço como fato que comprova a existência e rigidez da branquitude perante o outro. De tal modo que tudo aquilo que não lhe interessa, ou não lhe pertence, é passível de ser enquadrado numa lógica de identificações preenchidas de conceitos deturpados.

O não-lugar, que é dialeticamente afirmado e refutado a depender do contexto, tem sido o espaço em que muitos sujeitos brasileiros tem permanecido, por não reconhecerem em África, ou na negritude um espaço de afirmação transgressora de sua identidade perante a história e potencialidade do povo negro no Brasil. Primeiro, por não ter “acesso à memória”, e segundo, por continuar sendo imposta uma visão opressora sobre si mesmo fortalecida pelas instituições, como a mídia no reforço dos estereótipos e a educação que silencia o racismo acreditando que não falar dele é uma alternativa para superá-lo. E permanece assim, a ideologia da branquitude, sendo hegemônica, por não conseguirem – os movimentos étnicos negros e indígenas – em larga escala romper com aquilo que circunscreve a branquitude perante a sociedade como status almejado.

Os bastardos – filhos de senhores brancos com mulheres negras escravizadas – eram, em sua maioria, frutos de estupro.

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é



negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance”. (CARNEIRO, 2003, p.49)

É possível afirmar, dessa forma, que os primeiros filhos das relações interraciais são produtos de abuso e violações, porém seus relatos permanecem na história como um processo natural de troca e interação interracial. “Do olhar dos viajantes e inquisidores à historiografia, essas misóginas e fantasiosas representações sobre a "realidade brasileira", foram reproduzidas e repetidas indefinidamente” (p.191), conforme aduz Margareth Rago (1998), sendo assim incorporadas pela consciência coletiva.

Ao analisar a obra “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Hollanda, Rago (1998) aponta que “nem mesmo orgulho da raça tiveram os portugueses, que se fundiram com os negros e os índios sem problema algum, sem impor nenhuma barreira étnica ou sexual. Os valores morais não se firmaram nunca entre nós” (p.195). Demonstrando que os europeus fizeram um “favor” aos não-brancos ao se relacionarem sexualmente com os mesmos, e que a mestiçagem “resulta da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças”. (Paulo Prado apud Rago, 1998, p.199)

O legado da mestiçagem como um pilar para defender a ideia de democracia racial no Brasil expressa a capacidade de apropriação que a branquitude possui acerca da história ao transformar os acontecimentos em meros fenômenos necessários para a evolução e desenvolvimento da nação. Em que sua responsabilidade como agente produtor de desigualdade e opressões se esvai, ou transpareça nos livros de história como algo que deveria ter sido feito, por mais violento que fosse, para o bem do país. Esquece-se que a nação pretendida pelos mesmos visava a continuidade de sua supremacia, e não o bem geral de todos que compunham a sociedade. Reflexo disso é o trato que o Estado e suas instituições possuem ao levar em conta os determinantes sócio-históricos mantidos como realidade até os dias atuais. Ao invés de repará-los, retira-lhes o que lhe é visceral e o reconta invisibilizando sujeitos afetados por seus atos em detrimento dos interesses que movimentaram tais decisões.

Desse modo, mantém-se a violência que expropria das mulheres africanas e afrodescendentes a posse de seu corpo e a escolha sobre ele; e num segundo momento, a violência que expropria a identidade e a noção de pertencimento – tão importante para a construção do eu, e o compartilhamento de uma história. Os bastardos e pardos se assemelham muito no que tange seus processos de criação de identidade, uma vez que, não pertencem à casa grande - branquitude, e acabam por não se reconhecer na senzala - negritude.

Césaire (1978) ao discursar sobre o colonialismo, afirma haver uma enorme distância, senão infinita, entre a colonização e a civilização, ao dizer que aquilo que seria um grande fator positivo para a Europa: o contato com outras culturas e sociedades; não pode se apresentar como tal, uma vez que não houve troca cultural de maneira transversal e equivalente. Há uma divergência ideológica ao colocar a colonização num patamar de troca intercultural, dado que sua função no molde europeu se afirmou na sobreposição de uma determinada civilização sobre a outra, em que não houve espaços para a permuta. A partir dessa linha de raciocínio, o autor constata que, “de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano” (p.16). Neste caso, “um só valor humano” faz referência a um valor universal de humanidade, aplicável e partilhado por todos os seres humanos. Porém, se encarado de maneira literal, o um pode ser correspondente ao único valor humano que prevaleceu em detrimento de outros formatos de organizações sociais constatados nas expedições, que é o valor humano do branco, e se assim for interpretado, esse resultado foi atingido. Para ele

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas (CESAIRE, 1978, p.25)

Com base nisso, evidencia-se o papel do branco perante a sociedade, nesse caso, brasileira, e que incide sobre o modo como se impõe e como concebe o outro. A predominância do racismo na construção das identidades dos sujeitos brasileiros gera na população uma aversão à própria negritude, já que tomá-la para si exige um mínimo enfrentamento e ressignificação da narrativa histórica e presente na consciência coletiva que diz ou ecoa a ideia do afrodescendente ser um humano inferior.

O filósofo alemão Heidegger (2002) é utilizado por Carneiro (2005) para diferenciar o ôntico e o ontológico na explicação do negro nesse lugar do sub-humano ou não-humano, uma vez que serve para desmembrar a maneira como o racismo opera e em que se sustenta para refletir e expressar a ideia de um defeito referente a cor; onde

O ôntico se refere aos entes particulares, ou às determinações do ser. Ontológico diz respeito ao ser enquanto tal. Então, raça, cor, cultura, religião e etnia seriam da ordem do ôntico, das particularidades do ser. Ser, e especificamente Ser Humano, inscreve-se na dimensão ontológica. O que nos permite supor que o racismo reduz o ser a sua dimensão ôntica, negando-lhe a condição ontológica, o que lhe atribui incompletude humana. (CARNEIRO, 2005, p.27)

Ou seja, reduzido a sua raça o negro é inserido em um arquétipo de ser humano incompleto. De peças da África à um ser social descartável, permanece em diferentes momentos históricos marcado pelo discurso e trato social racista.

Constata-se que o racismo não é rígido uma vez que se metamorfoseia em determinados contextos. O ataque ao negro e a redução de sua singularidade a uma narrativa com base em estereótipos inferiorizantes é regra, mas sua apresentação é passível de ser adequada a diferentes situações. Principalmente, quando a intenção é torná-lo sutil, inofensivo e arraigado de um suposto afeto, em que a ofensa pareça brincadeira, ponto de vista, gosto, piada, mas nunca o racismo. Afinal, ser racista é horrível, mas praticar o racismo é socialmente aceitável. Até por que ser racistas se reduz a chamar o outro de macaco ao olhar do senso comum. Excluir socialmente a população negra; não lhes dar voz; considerá-los suspeitos; confundir com ladrões; trocar de lado na rua para não esbarrar ou dar-lhes menos anestesia quando em trabalho de parto é simplesmente coincidência ou um equívoco de quem aponta essas questões como frutos do racismo.

A consciência dos indivíduos e a maneira como reagem e dialogam com a branquitude – enquanto ideologia – é variável, mas segue um padrão: há aqueles sujeitos que se privilegiam direta e indiretamente do racismo e aqueles que são alvos de seus efeitos. Sendo, portanto, o branco aquele que ocupa o lugar do agente ativo no exercício do racismo e diretamente beneficiado por este, há uma dificuldade contundente no branco brasileiro em reconhecer o racismo estruturante e o seu próprio racismo, 1. por desenvolver, como bem dito por Florestan Fernandes “preconceito de ter preconceito”, e 2. porque assumir a existência do racismo é também identificar os traços que a desigualdade racial incide enquanto privilégios na própria vida e em suas relações sociais.

A existência do branco e sua necessidade em se auto afirmar na construção da consciência coletiva do brasileiro proporciona uma existência ao branco, que ainda alheio a essas narrativas de maneira consciente, permanece sendo abastecido e impulsionado por essa ideologia. A branquitude é uma ideologia racista que toma forma no corpo branco – dado que a ele é assegurado o privilégio, mas por se configurar enquanto um pensamento antes de se materializar nas relações políticas e sociais, adentra também, como visto, no próprio pensamento e consciência dos não-brancos. A ideologia não precisa ser declarada para se manter existindo ou para se expressar no campo material das relações entre os sujeitos, posto que ela está presente, inclusive, no formato de Estado e leis existentes, haja vista a busguesia branca.

Desse modo, o Estado, a administração pública, as leis, e as instituições em geral são apropriadas pela classe dominante com vistas à manutenção do seu estado de poder. O racismo, portanto, conta com as 1. relações sociais; 2. com o poder político e 3. com a consciência coletiva assumida como pensamento social, e assim configura-se o tripé básico e primordial da manutenção da supremacia racial branca.

No que tange a proposta de valorização da vida negra através do Estado via políticas públicas, com vistas a um movimento que se contraponha ao que está posto, a pauta das populações negras e de mulheres ficam refém da racionalidade presente na burocracia brasileira, que num molde de dominação racional-legal (Weber, 2012) a torna uma pauta marginal e menos importante na agenda pública. Ou seja, “a escolha do programa a ser implementado pelo Estado e dos objetivos de política econômica e social reflete os interesses das classes” (Salvador; Yanoullas, 2013, p. 20). Se portanto, a ação do Estado já não é por si só suficiente para a emancipação da população negra, seu silenciamento e desvalorização dessas pautas se acumulam e configuram a legitimação de um Estado brasileiro racista e que mata ou autoriza a morte de afrodescendentes, mulheres e pobres todos os dias.

Isso evidencia-se, quando o

poder dos fazendeiros em suas grandes propriedades, o não-reconhecimento dos interesses públicos, a repressão dos movimentos sociais que pressionaram pelo reconhecimento dos direitos, a confusão entre os dois domínios levaram à cristalização da lógica da casa grande e senzala, reproduzida em todos os espaços e instituições nacionais. O espaço público foi percebido e instituído como "quintal de minha casa" pelo dirigente, chefe, governante, caracterizando-se pelas relações clientelísticas que permeiam inclusive as formas de sociabilidade nas favelas e nos meios populares. (RICHARD SENNET apud RAGO, 1998, p.195)

Ou seja, esta relação de domínio da coisa pública por parte da burguesia se consolidou em bases racistas, dado que a intenção de manutenção do poder hegemônico não se limita a economia – perpetuação dos bens restritos a uma parcela mínima da sociedade considerada nobre – mas, também, e sobretudo, na defesa da superioridade do branco frente ao não-branco. Portanto, se a sociedade brasileira é um organismo, passível de ser representado em um corpo humano, as divisões, ou seja, cada parte – conjunto de indivíduos – possui funções: o rei/presidente é assumido como a cabeça; os governantes a coluna; os proletários são pernas e braços; e o afrodescendente e o indígena compõem o chão que este corpo social pisa e caminha sobre. Sem esse solo, esse corpo não caminharia, e não há esforços sistematizados e comprometidos em inserir de maneira eficaz esses sujeitos e sujeitas ao conjunto do corpo societário, posto que para tanto haveria de ser desconstruída a branquitude no Brasil.

Em contrapartida, no que tange a necessidade de se evidenciar esse corpo-representação e de legitimar a participação dos sujeitos na sociedade civil enquanto cidadãos com direitos constitucionais garantidos mediante suas particularidades, com vistas ao alcance da universalidade para o corpo societário, o solo – não-brancos – ficam alheios a essa representação social. Não se encaixou no modelo de corpo-sociedade esse tipo de “gente sem qualidade”, como foi assim intitulado desde a colônia. E até hoje, os movimentos negros diversos, reivindicam essa participação na história e na realidade social. E em contrapartida, reivindicam também para os movimentos progressistas e de esquerda, a visibilidade para questões de dominação subjetiva e material sob a qual corpos negros e indígenas estiveram e estão submetidos. Estando assim, os não-brancos, nas lacunas: da historiografia brasileira; na reparação do Estado às mazelas societárias direcionadas a pessoas negras e indígenas; e do debate classista que reduz a desigualdade racial à uma questão de classe.

A partir daí, pode-se enunciar, também, a condição da mulher negra nesse lugar em que a estrutura racial e patriarcal, e evidentemente a de classe, lhe impõe. A lógica de organização social é pautada no poder de um sobre o outro. Desse modo, na base está a mulher negra, que é dominada pelo homem negro, mulher branca e homem branco. Em segundo lugar, de baixo para a cima, está o homem negro, que é dominado pela mulher branca e pelo homem branco. E em terceiro, segue a mulher branca, dominada pelo homem branco. No topo, o dominador universal, o homem branco, que se impõe a todos sobre todos os outros segmentos sociais como detentor dos poderes sociais e políticos. Essa estratificação transpassa a classe, apesar de se acentuar, dependendo do contexto social de inserção dos sujeitos, podendo gerar mini-rearranjos excepcionais, onde dentro do lócus periférico e pauperizado o homem negro pode dominar – por meio dos papéis de gênero – a mulher branca, mas, na dimensão racial, este permanece subalterno social e culturalmente.

Portanto, os caminhos para se alcançar a emancipação do povo negro não passa apenas pelo acesso a bens, consumo, mercado de trabalho; mas, também pela valorização de sua própria essência. Se o opressor diz que ser negro está associado a um ser inferior, é através deste título que a população, via resistência, tradição oral, e formatos de “quilombismo” legal e ilegal, conforme Nascimento (1980), pode se alcançar a saída do povo negro deste lugar subalterno, que se insere abaixo da divisão de classes já instaurada, em consonância à um Estado comprometido com as pautas raciais, e que assuma sua responsabilidade na produção e reprodução do racismo. Ser negro é um constructo social que se mantém rígido e insolúvel independente da camada social que este se insere. Ser mulher negra, exige desta a necessidade de lidar, também, com o peso do patriarcado. Nesta lógica, é apropriado dizer que para a

mulher negra essa identificação perante o olhar do mundo sobre si é ainda mais rígida e limitadora.

A desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões do tecido social no Brasil. [...] grandes diferenciais raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira. (Jaccoud, 2008, p. 131)

É a partir desse reconhecimento que o Estado deve passar a agir. Assumindo primeiramente que foi e permanece sendo um agente produtor e reproduzidor do racismo à medida que se silencia ou que age com vistas a manutenção da branquitude. É necessário que o Estado aja de modo contrário ao próprio ingrediente que gerou o modelo de Estado-nação instaurado hoje. Uma nação racializada, sexista e com uma forte divisão de classes.

Enfrentar as dificuldades que se colocam face à consolidação da temática da desigualdade e da discriminação, na agenda pública e no espaço de governo, e integrar e ampliar as iniciativas em curso parecem ser, hoje, os grandes desafios no campo das políticas públicas para igualdade racial.” (JACCOUD, 2008, p. 133).

As políticas públicas desenvolvidas pelo Estado são de extrema importância para a valorização da população negra no Brasil, porém, suas ações devem estar associadas a uma desmistificação do que é ser branco, posto que é a partir desse lugar delimitado e criado pela branquitude que o negro, como negação do primeiro, se encontra na condição de dominação simbólica e material tal como se apresenta na contemporaneidade, e em todo desenvolver da construção da nossa civilização. Destarte, a questão social brasileira deve ser compreendida por aqueles que estudam e/ou se propõem a nela intervir como uma questão racial.

A centralidade da questão social pautada na questão de classe não deve ser assim delineada no Brasil desde que se pretenda fazer da sociedade que se vive, uma sociedade sem racismo, posto que a formação do Estado-nação brasileiro mantém uma modernização do Brasil Colônia, e com isso a manteve-se a preservação da racialização dos indivíduos e a consequente hierarquização das relações.

## CAPÍTULO II

### **Serviço Social e a relação entre Questão Social e a estrutural racial no Brasil**

*Pode-se dizer que, no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio. (RAMOS, 1995[1957]: 202)*

Uma vez assumida a branquitude como uma estrutura da desigualdade social no Brasil, este capítulo aborda a maneira como a categoria de Serviço Social compreende, e conseqüentemente, intervém na Questão Social brasileira. Com o objetivo de apontar a relação da profissão e a constituição de seu objeto de intervenção, busca-se registrar sua constituição sócio-histórica da profissão e a relação que é tecida com a realidade social brasileira.

O Serviço Social em sua gênese, na Europa, consistia em desempenhar um papel assistencialista, marcado pela benevolência e ajuda ao próximo, cuja as ações eram movidas por impulsos religiosos e ligadas à Igreja Católica. Função caritativa esta desenvolvida em sociedades cujo nível de pobreza e miséria se apresentaram como estruturais no campo societário devido a instauração do modelo econômico capitalista - em que há exploração e expropriação da força de trabalho alheia para concentração de riqueza de uma determinada parcela da sociedade que detém propriedade privada e meios de produção. Para responder à tais reconfigurações do sistema, as escolas de Serviço Social emergem na América Latina como forma especializada de produção de uma determinada parcela de profissionais que pudessem intervir diretamente na demanda da relação entre o Estado, o mercado e a classe trabalhadora. Daí emerge a categoria e a influência para o que vem, posteriormente, surgir no Brasil.

Em 1936 foi criada a primeira Escola de Serviço Social no Brasil, em São Paulo, e como herança do Serviço Social europeu manteve-se o diálogo com a doutrina social da Igreja Católica que incidia não só nas ações sociais desempenhadas, mas na leitura do que seria a causa das mazelas societárias. Nesta década, ocorria no Brasil a Revolução Industrial, que materializou a instauração do sistema capitalista na sociedade brasileira.

As práticas fundadas nesse momento de formação profissional da categoria se embasavam nos valores morais e religiosos, em que o foco era o estímulo individual daqueles inseridos no contexto que a categoria se propunha a intervir, de tal modo que os sujeitos eram tidos como responsáveis pelas condições a que estavam submetidos, e conseqüentemente, responsáveis pela solução de tais problemáticas sociais, tal qual a miséria, a pauperização, as

condições precárias de trabalho, o desemprego, a fome, e outros fenômenos que atingiam a classe trabalhadora. Neste contexto, o Serviço Social é assumido como

uma forma de ação social ou restauração da ordem social exercido por um especialista por meio de um trabalho prático, técnico para difundir os ensinamentos da doutrina da Igreja em matéria social, que formaria apóstolos sociais” (LIMA, 1987, p.44)

Com o desenvolver da história, o Serviço Social brasileiro foi se modificando como categoria profissional, e instrumentalizando sua prática a partir de diferentes correntes. Notou-se no seio da categoria que era necessário buscar outros tipos de ação e intervenção por meio de um aprofundamento teórico, ou seja, a busca por cientificidade para fundamentar a prática profissional. De acordo com Santos (2013), “dessa busca por cientificidade, ainda carregando esse direcionamento com viés assistencialista, é aos poucos e através de muitas lutas que vai tomando rumos críticos da realidade que estão inseridos” (p.3) os assistentes sociais. Em 1967, na cidade de Araxá em Minas Gerais ocorre o Seminário – conhecido como Seminário de Araxá – em que a categoria se propôs a reconceituar a prática profissional, com vistas à romper com o serviço social tradicional e teorizar a realidade latino-americana em que o Brasil está inserido. Este momento marca o início do Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil<sup>6</sup>.

A partir de 1970,

os profissionais assumem suas inquietações e questionamentos, decorrentes do processo do capitalismo mundial que trazia consigo um desenvolvimento excludente e subordinado” (Santos, 2013, p. 7)

Este período impulsiona a revisão teórica, metodológica, operativa e política que marcam o Seminário de Teresópolis (1970). Desse modo, enquanto projeto de profissão há um comprometimento com as classes subalternas, ou seja, a questão social vincula-se a classe enquanto epicentro das relações sociais. O positivismo é superado, e a Teoria social crítica de Marx é apropriada enquanto teoria-metodológica para fundamentar a teoria e prática profissional da categoria.

Com a mudança de referencial teórico, o Serviço Social passou a conceituar a Questão Social brasileira como produto da contradição inerente ao modo como o capitalismo se instaura e se amplia. A teoria social crítica Marxista assegurou essa mudança de perspectiva, uma vez que se propõe a romper com o positivismo e o pensamento idealista, e se assenta sobre o estudo da sociedade burguesa a partir da leitura político-econômica da Europa, lugar

---

<sup>6</sup> Movimento de reconceituação: AGUIAR, 1984; FALEIROS, 1993; IAMAMOTO, 2001; NETTO, 1991/ 2002; PINTO, 2003



para o qual Karl Marx direcionou suas análises; e traz consigo o método materialista-histórico-dialético que consiste em uma elevação do abstrato ao concreto, por meio do pensamento para apreensão dos determinantes que constituem a realidade.

De acordo com o próprio autor:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, (...) parece que o correto é começar pelo real e concreto, que é o pressuposto efetivo; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, numa observação mais atenta, isto se mostra [como] falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam. Por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. (...) Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa chegaríamos analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos as determinações mais simples. Deste ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até chegarmos finalmente de volta à população; desta vez, porém, não como representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações. (MARX apud NETTO, 2011, p.41-42)

Uma vez que o fenômeno aparente não tem relação com os determinantes fundamentais que constituem determinado fenômeno – desigualdade social - o método de Marx direciona a análise através da abstração do pensamento: o real precisa ser desvendado, pois este possui historicidade e condições materiais existentes, sendo uma síntese de múltiplos fatores; de tal modo que com esse “modo de” olhar para a totalidade retirou do sujeito-trabalhador a única responsabilidade pelas violações que o atinge e possibilitou, para a categoria o alcance da totalidade com críticas ao sistema econômico como produtor das desigualdades de classe.

Uma vez que o fenômeno aparente não tem relação com os determinantes fundamentais que constituem determinado fenômeno – desigualdade social - o método de Marx direciona a análise através da abstração do pensamento: o real precisa ser desvendado, pois este possui historicidade e condições materiais existentes, sendo uma síntese de múltiplos fatores; de tal modo que com esse “modo de” olhar para a totalidade retirou do sujeito-trabalhador a única responsabilidade pelas violações que o atinge e possibilitou, para a categoria o alcance da totalidade com críticas ao sistema econômico como produtor das desigualdades de classe.

Ou seja, a teoria-metodológica Marxiana consiste em um estudo dos elementos centrais em que se repousa o capitalismo, para retornar para esse sistema com uma visão aprofundada sobre os determinantes que o compõe. Entender a pobreza e as mazelas sociais são consequências do desvelamento do capitalismo como um modelo econômico que produz

riqueza na mesma medida em que produz miséria. Daí a importância de Marx, uma vez que o Brasil passou a compartilhar do modelo de produção capitalista. Destarte a burguesia tem espaço central na análise de Marx sobre as sociedades capitalistas, uma vez que a burguesia é quem ocupa o espaço de poder na manutenção e ordem deste sistema.

A teoria crítica ganha espaços no Serviço Social através dos grupos que tinham contato com a produção teórica de Karl Marx, e que no momento de reconceituação da profissão inseriram a tal teoria como uma possibilidade de nortear a prática profissional, e sobretudo, o modo de se entender a realidade brasileira, haja visto que a mundialização do capital<sup>7</sup> imputa às sociedades em desenvolvimento a dependência e ligação aos países capitalistas centrais, e, conseqüentemente, uma relação de subordinação aos imperativos políticos e econômicos que direcionam as sociedades de todo o mundo.

Ou seja, pelo Brasil possuir uma burguesia subordinada e dependente (Fernandes apud Antunes, 2011), devido a configuração da dominação de colonização instaurada pela burguesia europeia para construção do que hoje se entende por América Latina (Antunes, 2011; Gonzales, 1998b), a política econômica do país atende ao receituário dos países capitalistas centrais, cujo EUA e Europa ocupam lugar central. O estudo de Marx foi apreendido como uma teoria que abrange a configuração do capitalismo, e por esta razão, seu estudo e apontamentos sobre a sociedade burguesa europeia possui similaridades e linearidades com a configuração da burguesia em nível mundial dos países capitalistas, e conseqüentemente, possui elementos que subsidiam a análise da burguesia, economia e desigualdade social no Brasil.

Dessa forma, desde o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na década de 1980, compreende-se hegemonicamente na e pela categoria a realidade brasileira a partir da lente Marxiana, uma vez que o Brasil compartilha do sistema econômico capitalista, ainda que enquanto um país em desenvolvimento.

#### Desse modo

O Serviço Social ocupou, desde sua origem, uma posição de “gerente” das tensões – imediatamente manifestadas nos indivíduos sociais – advindas da contradição estrutural entre capital e trabalho. A “questão social” e suas particulares expressões sempre desafiaram o cotidiano profissional dos assistentes sociais, independentemente de ela ser reconhecida ou não como tal, por eles próprios. (SILVA, 2013, p. 199)

Ao apanhar o histórico do Serviço Social, notam-se inúmeras correntes filosóficas que, em determinado período histórico, influenciaram e instrumentalizaram a atuação e análise do

---

<sup>7</sup> Para compreensão do termo ver “A mundialização do capital” do autor Chesnais (1996).

Serviço Social frente à Questão Social, que passou assim a ser assimilada como um produto do capitalismo, direcionando, inclusive, à análise de como se dá a resposta do Estado às demandas, e em que se baseia a atuação do Assistente Social, enquanto profissão liberal nesse espaço de contradições.

Consoante à isto

O objetivo do Serviço Social se define, pois, em função: - da historicidade de toda prática social; - das características da situação brasileira enquanto uma realidade dependente; - das relações existentes entre as diversas classes sociais; - da relação entre ele e os objetivos profissionais. (SANTOS apud SILVA, 2013, p. 99)

De acordo com Netto (2011) é nesse processo dialético e construtivo, na busca pelas mediações e determinantes que compõem a Questão Social, que se caracteriza o método de Marx. De tal modo que no campo da dialética, em que tudo está em constante movimento, é por meio de mediações que é possível aproximar-se da realidade, no sentido de fugir da fatalidade e imediaticidade com que os fatos se apresentam, e que marcavam o posicionamento conservador da profissão. Dessa forma, cabe ao profissional de Serviço Social a função de “apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (Marx apud Netto, 2011, p.25).

Como dito, o método materialista histórico-dialético parte dos fatos, superando a positividade destes, a partir daí os nega, para apropriar-se através de múltiplas mediações da totalidade concreta. Vale ressaltar que a particularidade é essencial para a dialética, e esta é o campo da mediação o qual o Assistente Social atua, conforme Pontes (s/d), “onde a legalidade universal se singulariza e a imediaticidade do singular se universaliza” (p.16).

Isso contribui para que a análise do Assistente Social não seja apenas descritiva, ou tampouco prescritiva (Behring, 2008) mas que esteja o mais próximo da essência que constitui o fenômeno social, que se dá através da perspectiva crítico-dialética, uma vez que esta tem “a potencialidade de evitar abordagens unilaterais, monocausais, idealistas, funcionalistas e a-históricas” (ibidem, 2008, p. 26).

A partir disto, Behring (2008), e outras referências teóricas marxistas para a categoria, consideram que a Questão Social<sup>8</sup> tem como fundamento as relações de exploração

---

<sup>8</sup> Para aprofundamento acerca do conceito de Questão Social, ver: CASTEL, R et al. Desigualdade e a Questão Social. 2º ed. São Paulo: EDUC, 2000; CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário (trad. Iraci D. Poleti). 8. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009; IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001; IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007; PAULO NETTO, P. Cinco notas a propósito da “questão social”. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001; e

do capital sobre o trabalho, e “sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico (...) o de constituição das relações sociais capitalistas” (p.52). De acordo com as autoras

Vale lembrar que está na base do trabalho teórico presente na crítica da economia política empreendida por Marx, com a colaboração de Engels, a perspectiva de desvelar a gênese da desigualdade social no capitalismo, tendo em vista instrumentalizar sujeitos políticos – tendo a frente o movimento operário – para sua superação. (BEHRING, 2008, p.52)

E uma vez a categoria de Serviço Social tomou para si tal teoria e método, evidentemente, consolida-se a Questão Social como objeto de intervenção da ação profissional, e mais, incide na análise da realidade a concepção que vincula a Questão Social como produto das desigualdades sociais geradas pelo capitalismo, a partir da contradição existente entre capital e trabalho.

Para o autor marxista Netto (2001), a Questão Social está ligada e é expressão das “condições nas quais se cria exponencialmente a riqueza social” (p. 46). Ou seja, a miséria gerada pela produção de riqueza concentrada na mão de uma parcela da sociedade em detrimento de sua redistribuição enquanto produto da força de trabalho explorada e expropriada constitui a Questão Social.

Já para a autora e assistente social, marxista, Iamamoto (2011) “é quando, no Brasil, afirma-se a hegemonia do capital industrial que emerge, sob novas formas, a questão social” (p. 167). E “a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (p.168).

Dessa forma, de uma visão moralista e individualizante da desigualdade social que atingia a sociedade industrial, a categoria rompe com o conservadorismo e passa a compreender a Questão Social como uma consequência gerada pela configuração que o sistema capitalista possui, e é intrínseco a ele, e que fundamenta as lutas sociais dos trabalhadores.

A questão social está no centro da formação profissional, e mesmo sendo discutida desde a década de 1980, a partir do movimento de intenção de ruptura (Netto, 2005) alçado na reconceituação da categoria, seu aprofundamento como matéria obrigatória nos currículos só se dará a partir da sua inserção nas Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS – Associação

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. A ABEPSS é “uma entidade Acadêmico Científica que coordena e articula o projeto de formação em serviço social no âmbito da graduação e pós graduação”<sup>9</sup>. Ou seja, a Questão Social se torna um conceito importante para a formação profissional do Assistente Social tendo em vista a função do Serviço Social, sobretudo porque a partir da teoria crítica de Marx altera-se a forma como ela é compreendida. Desse modo, “o Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista” (ABEPSS, 1996, p. 5).

De acordo com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS que traz a tona uma nova lógica curricular, existem três núcleos de fundamentos da formação profissional, sendo eles: 1. Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; 2. Núcleo de fundamentos da formação sócio-história da sociedade brasileira; e 3. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esses núcleos são dimensões que em interação proporcionam o cumprimento de uma graduação para obtenção do título de bacharel em Serviço Social que esteja em consonância com os princípios éticos e políticos da categoria. Cujo perfil do bacharel em Serviço Social consiste em ser um

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social” (ABEPSS, 1996, p. 27)

Desse modo, é colocado de maneira hegemônica pela e para a categoria de Serviço Social que “somente compreendendo o processo de produção do capital pode-se apreender a “questão social” como fenômeno datado a partir do século XIX, período no qual era clara a extensão do pauperismo a um espectro cada vez maior de indivíduos, não mais limitados aos doentes, inválidos, órfãos, idosos ou viúvas, mas principalmente aqueles aptos para o trabalho. (Guerra et all, 2007, p.2).

O Serviço Social inserido enquanto função sóciotécnica dentro da divisão social do trabalho assume um espaço contraditório ao participar da reprodução do capital enquanto um trabalho que atende as exigências advindas da Questão Social. Também, enquanto uma

---

<sup>9</sup> - “Quem somos”. Acessado em 23/11/2016. Disponível no site : [hTTP://www.abepss.org.br/quem-somos-1](http://www.abepss.org.br/quem-somos-1)

profissão que assume posicionamento crítico marxista e se propõe a intervir nesta a partir de um direcionamento ético e político que vai na contramão da ideologia capitalista que opera nas relações dentro deste modelo econômico. Ou seja, ao passo que o Serviço Social é assumido como uma profissão no sistema capitalista, este se relaciona com os ditames e formatos que o Estado burguês assume para manutenção do capitalismo e tende, portanto, a movimentar uma força contrária à expansão deste modelo econômico de sua consequente exploração e mercantilização da vida humana. Esse compromisso é a materialização do Projeto Ético Político profissional que busca a construção, ampliação e efetivação dos direitos dos trabalhadores.

O Projeto Ético Político – PEP do Serviço Social deve ser entendido como um projeto societário, “trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (Netto, 2009). Uma vez que a categoria de Serviço Social se propõe a intervir na Questão Social, o PEP consiste em dar um direcionamento ético e político para a abordagem e resolução das demandas sociais advindas do sistema econômico vigente no espaço sócio-ocupacional do assistente social.

Netto (2009) afirma que “Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.)”.

Os projetos societários em disputa na sociedade, tomam direção e corpo no projeto profissional defendido pela categoria a partir de sua formação teórica e sua dimensão técnico-interventiva. O Serviço Social, pela trajetória e pela intenção de ruptura com o conservadorismo que marca o início da profissão, está em constante construção do projeto societário com o qual se compromete. Destarte,

Tais projetos são construídos por um sujeito coletivo – o respectivo *corpo (ou categoria) profissional*, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua *organização* (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS<sup>10</sup>, a ABEPSS, a ENESSO<sup>11</sup>, os sindicatos e as demais associações de assistentes sociais. (NETTO, 2009)

<sup>10</sup> CFESS/CRESS se refere ao conjunto conselheiro da entidade de Serviço Social, cujo sigla CFESS corresponde à Conselho Federal de Serviço Social, e CRESS se refere ao Conselho Regional de Serviço Social.

<sup>11</sup> ENESSO corresponde à Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social, cujo articulação se dá a nível nacional.

Contudo, é através da organização da categoria que o projeto societário se torna hegemônico. Dado que os projetos individuais pautados nas crenças e valores morais colocam em xeque o direcionamento ético e político em que repousa o projeto coletivo da categoria. Para tanto, o PEP não é algo abstrato, há princípios e diretrizes que direcionam a formação e o fazer profissional com vistas ao alcance ou aproximação com tal projeto. Esses princípios estão presentes no Código de Ética da categoria, cuja lei que regulamenta a profissão data o ano de 1993, e consistem na defesa da liberdade, autonomia, direitos humanos, democracia, equidade e justiça social, bem como, a emancipação dos indivíduos.

Infere-se que a constituição da categoria “questão social” pelos teóricos do Serviço Social, pós-reconceituação, apresenta uma lacuna referente à questão racial na compreensão da formação social e política do Brasil, e, portanto, acaba por entender a burguesia brasileira apenas a partir de uma divisão econômica pautada na posse e não na manutenção de um status atrelado também à cor/raça. Com isso, por não conter na análise acerca da burguesia brasileira o demarcador racial, retira-se também da classe trabalhadora a racialidade que a constitui. Não se apreende a realidade como uma questão racial, mas de classe.

Os princípios contidos no código de ética profissional atual propõem, em geral, uma outra sociedade: sem exploração e sem opressão; com base na equidade e justiça social, bem como na defesa e garantia de direitos à todo e qualquer cidadão, sobretudo aos trabalhadores; com tempo livre para exercício da atividade auto-determinada (Antunes, 2011) em que a capacidade teleológica do indivíduo esteja presente no planejamento, valoração dos meios e recursos, e na objetivação de seu trabalho, contrário ao processo alienante contido no capitalismo e na forma como se apropria do trabalho humano; que haja solidariedade social, reconhecimento entre os trabalhadores, e centrado nas necessidades autoreprodutoras da humanidade, e não na manutenção e expansão do capitalismo; que o valor de uso não seja subsumido ao valor de troca; tampouco o trabalho se volte para a exploração e, conseqüentemente, concentração de renda de uma parcela sobre a outra.

## **2.1 Preto e pobre é parecido, mas não é igual <sup>12</sup>**

A partir dessas definições, podemos traçar a maior similaridade entre os autores que são referências marxistas para a formação profissional de Serviço Social: os autores restringem a Questão Social no Brasil à instauração do capitalismo em terras brasileiras. Em primeiro, por conceber que a produção e reprodução da vida material e espiritual sob a égide do capitalismo consiste na produção da miséria à medida que se produz a riqueza, e, que o

---

<sup>12</sup> Trecho da música “Só Deus pode me julgar”, do rapper MV Bill.

espaço de poder que a burguesia ocupa assegura a ela direitos e privilégios em detrimento da condição de vida dos trabalhadores que segue sendo mercadorizada em várias esferas. Em segundo, porque a configuração da desigualdade social no capitalismo exprime correlação de força (Faleiros, 2013), movimentação, enfrentamento; atribuindo a Questão Social um caráter político (Castel, 1998), sendo não apenas um produto passivo da relação de contradição entre capital e trabalho.

Nesse sentido, a autora marxista Pereira (2001) aponta que a Questão Social está intimamente ligada à um momento em que as condições geradoras da desigualdade social associadas ao capitalismo impulsionam o enfrentamento das classes subalternas à ordem econômica, ou seja, a inflexão da vulnerabilidade social que toma dimensões mais profundas no capitalismo gera nos protagonistas sociais a existência de relações conflituosas e, a medida que se acirram os interesses antagônicos entre as classes, consolida-se para a classe trabalhadora o papel de agentes políticos em busca de direitos na contramão dos interesses da burguesia.

Dáí advém, para a categoria de Serviço Social, a centralidade da classe como categoria de análise da desigualdade social brasileira. Uma vez que se entende que a Questão Social no Brasil está associada à divisão de classes oriundas da concentração da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora no período de industrialização do Brasil, no qual foi destinado à burguesia brasileira um espaço de poder que inclui a propriedade dos meios de produção e a concentração de mais-valia e lucro expropriada da força de trabalho humana, e conseqüentemente a dominação e desumanização dos sujeitos que possuem como alternativa apenas a venda da força de trabalho para manutenção da própria existência. Institui-se uma dicotomia de classe pautada na burguesia versus proletários e na divergência dos interesses opostos que cada classe assume perante a produção e reprodução da vida social no capitalismo, cujo trabalho é central para esse sistema. Contudo, entende-se que a desigualdade social é gerada por esta estrutura, de tal modo que os outros componentes da desigualdade são tidos como refrações da questão social ou componentes que são apropriados pelo sistema capitalista para intensificar seu processo de exploração. Neste limbo se inserem os negros, as mulheres, as LGBT<sup>13</sup>, indígenas e demais minorias políticas.

Há alguns equívocos nesta análise que atribuem a essa perspectiva classista um viés racista, dentre eles destacaremos três:

1º) Associar a Questão Social como um fenômeno produzido, tão somente, a partir da existência do capitalismo no Brasil.

---

<sup>13</sup> Sigla referente as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.



Ora, para que a dimensão histórica presente no método de Marx, possa se restringir à década de 1930 para desvelar os determinantes que constituem a realidade atual, seria necessário que a escravidão e a dominação concreta e simbólica da população não-branca tivessem sido superadas. Haja vista que não o foram, considerar a divisão de classes como o início da desigualdade social brasileira, e, portanto, como categoria central para a construção de outra sociedade, é contribuir para a manutenção da estrutura da branquitude em seu exercício de poder, uma vez que é encarada como um elemento de menor importância perante as considerações em relação às classes. De acordo com Moore (2010)

Toda filosofia “universalista” elaborada no Ocidente tem como base a história da Europa, a evolução socioeconômica de seus povos e as instituições culturais e políticas que eles criaram. O Marxismo-leninismo não é exceção; usando o Ocidente como seu único parâmetro, mede o resto do mundo e o descobre deficiente (MOORE, 2010, p.59).

A epistemologia da teoria crítica social consiste, portanto, em uma defesa da classe enquanto “única, ou maior contradição existente na sociedade”, o que para Moore (2010) “relega tudo o que diz respeito à raça a um mero epifenômeno” (p. 44)

A sociedade de modelo de capitalismo dependente que substituiu a de escravismo colonial, consegue apresentar o problema do Negro no Brasil sem ligá-lo, ou ligá-lo insuficientemente, às suas raízes históricas, pois tal ligação diacrônica remeteria o estudioso ou interessado ao nosso passado escravista. O sistema competitivo inerente ao modelo de capitalismo dependente, ao tempo em que remanipula os símbolos escravistas contra o negro procura apagar a sua memória histórica e étnica, a fim de que ele fique como homem flutuante, ahistórico. (MOURA, 1983, p.125)

Ou seja, a teoria Marxiana, e a teoria Marxista como seu produto, tende a dar continuidade a uma análise da realidade social que compartilham da configuração capitalista como único ou maior sistema de produção e reprodução das relações materiais-econômicas e sociais, e com isso prioriza-se a centralidade de classe como o fenômeno central para a desigualdade social. Esse movimento de transferir o estudo e o conteúdo de Marx para se analisar a burguesia brasileira e os desdobramentos da economia capitalista no Brasil invisibiliza a estrutura racial sob a qual o país, bem como a América Latina, foram construídos.

Isto nos leva ao segundo ponto: por Marx não falar da questão racial nós não devemos falar?

No Brasil isso causa danos incomensuráveis, plausíveis de serem apreendidos e denunciados nos dados alarmantes trazidos pelo IPEA, mapa da violência<sup>14</sup> e IBGE<sup>15</sup>, bem como nos apontamentos de inúmeros teóricos negros que são negligenciados pela academia como produtores de conhecimento, que ao trazerem à tona o debate acerca da raça são acusados de trazerem “argumento que opõe classe à raça; argumento que opõe universalismo e particularismo” (Moore, 2010, p. 45). O que, supostamente, poderia gerar uma sectarização dentro da própria classe, de tal modo que a questão racial já estaria sendo abarcada na questão de classe, dado a realidade subalterna sob a qual a população negra está condicionada no Brasil.

Ao se afirmar que a questão de raça está suficientemente abarcada na questão de classe, há uma constante a ser seguida no modo de se conceber o negro. A questão racial neste caso será utilizada como um recorte dentro da classe subalterna para se apreender como e em que medida se acentuam os níveis de vulnerabilidade para esse segmento societário. Em contrapartida, pelo branco não ser concebido como alguém que possui raça, a branquitude presente na burguesia permanece ilesa e imperceptível na dicotomia de classes. É como se a pobreza fosse assumida como um fenômeno que tem cor, e a burguesia não. A questão racial quando enunciada, e ainda reduzida a uma questão de classe, tende a considerar apenas a questão do negro enquanto pobre. Não se pensa sobre o negro rico – marcado pelo estereótipo subalterno - tampouco sobre o poder do branco em diferentes camadas sociais. E em última instância, a dimensão racial que compõe a burguesia é ignorada. O que contribui para que haja sua manutenção, cujo enfoque acerca da questão racial recai e incide sobre o negro, passando a ser aquilo que Guerreiro Ramos intitula enquanto “negro problema”, ou conforme Lourenço Cardoso, o negro “tema”. Ou seja, pensa-se o que é ser negro, mas ignora-se o que é ser branco no Brasil. E com isso o branco permanece no exercício de sua branquitude, e o negro, a partir do crescimento de reivindicações dos movimentos negros no Brasil, passam a ser objeto de estudo para aqueles que ainda vislumbram, minimamente, dentro da teoria marxista, a questão racial como um elemento real e incisivo.

---

<sup>14</sup> Segundo Waiselfisz (2016) acerca dos homicídios por arma de fogo no Brasil, de 2003 a 2014 houve uma queda de 26,1% das taxas de homicídio por arma de fogo na população branca, enquanto na população negra o número de vítimas sofreu aumento de 46,9% (p.15).

<sup>15</sup> “Entre 2005 e 2015, aumentou o número de negros entre os brasileiros mais ricos, de 11,4% para 17,8%. Apesar disso, a população branca ainda é maioria – oito em cada dez – entre o 1% mais rico da população. Entre os mais pobres, por outro lado, três em cada quatro são pessoas negras, segundo informou hoje (2) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” Retirado do link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre> Acessado em 06/12/2016.

2º) Conceber que a Questão Social está intimamente vinculada ao movimento de resistência dos trabalhadores aos ditames e formatos que a economia incide no mercado e no trabalho, atribuindo aos sujeitos uma função política.

Esse segundo ponto acentua o viés racista da análise classista de grande parte dos autores marxistas em geral, e do Serviço Social, em particular, ao invisibilizar todo o processo de resiliência da população africana e afrodescendente no Brasil durante e após a escravidão. Inúmeras revoltas, lutas e reivindicações que marcaram e marcam a trajetória do país em tempos que o corpo negro era considerado uma completa mercadoria, destituindo-lhes de si a posse sobre a própria carne, pele e ossos. Houve e há muita resistência, mas parece, através da leitura que se faz da Questão Social sob a ótica marxista hegemônica que não houve história, precedente, impulso e força negra na constituição do que hoje se é o Brasil.

De acordo com Moura (1983) pensar e falar da escravidão é pensar e falar do negro, e talvez isso não importe para as ciências sociais, dado

que situá-lo historicamente é vê-lo como agente coletivo dinâmico/radical desde a origem da escravidão no Brasil. E, por outro lado, revalorizar a República de Palmares, único acontecimento político que conseguiu por em cheque a economia e a estrutura militar colonial; é valorizar convenientemente as lideranças negras de movimentos como as revoltas baianas de 1807 a 1844. E destacar como de personagens históricos os nomes de Pacífico Licutã, Elesbão Dandará, Luís Sanin, Luisa Main e muitos outros. É estudá-lo no âmago da revolta dos Alfaiates de 1798, na Bahia. É finalmente, mostrar o lado dinâmico da escravidão no Brasil, ou seja, o chamado lado negativo: as insurreições, os quilombos e demais movimentos dinâmico/radicais havidos durante aquele período (MOURA, 1983, p. 125).

3º) A análise materialista não abrange a dominação simbólica que incide sobre a população não-branca no Brasil, e reduz o período da escravidão – quando levado em consideração – a um momento superado na transposição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

Para Ianni (1963)

ao nível da infraestrutura econômica, o abolicionismo foi um fenômeno que processou uma transformação de grande importância para a constituição do regime capitalista de produção. [...] Por isso o movimento abolicionista assume um caráter radical, pois as forças que o impulsionavam provinham da dinâmica dos fatores econômicos em gestação (IANNI, 1963, p.95-96)

Moura (1983) aduz que “partindo esses estudiosos da idéia de um proletariado abstrato, de acordo com o existente na Europa Ocidental no meio do século XIX, são incapazes de um mínimo de imaginação sociológica ao tratarem do problema atual do Negro no Brasil” (P. 126). Dado a complexidade com que se deu a dominação subjetiva e material

do africano e afrodescendente no Brasil e países que tiveram o regime escravocrata com base na diferença racial.

Contudo, além de não apreender a configuração, heranças e legado da escravidão, a transição de um modelo de acumulação para outro foi assim constituído por motivos econômicos, e não por uma remissão por parte da classe dominante-burguesa-européia à construção social, epistemológica, cultural e material que se foi feita em relação à africanos e afrodescendentes para escravizar-lhes, e esse movimento de permanência da subalternidade do não-branco não é denunciado pelos teóricos marxistas. Ou seja, supostamente libertos após a assinatura da Lei Áurea em 1888, africanos e seus descendentes seguiam e seguem marcados pela condição subalterna que lhes marcam a pele escura, os traços grossos, e o cabelo crespo. E desconsiderada enquanto uma estrutura que se mantém, a branquitude segue silenciando a questão racial, uma vez que esta põe em xeque as bases da classe dominante.

Não bastasse, a justificativa para o africano não ser inserido no mercado de trabalho assalariado recai sobre ele mesmo:

O horizonte mental do negro recém-egresso da senzala não era suficientemente amplo para possibilitar um rápido e eficiente aprendizado na lida com instrumentos e máquinas cujo funcionamento lhe era estranho. Somente o filho do ex-escravo, dadas as possibilidades de enriquecimento de sua experiência social, poderá oferecer-se no mercado de trabalho em condições de igualdade com o imigrante e outros trabalhadores. (IANNI, 1963, p. 100)

Destarte, a crítica tecida aqui à teoria crítica social se refere a sua falha em apoderar-se da realidade brasileira - de tal forma que os determinantes sócio-históricos e políticos venham intervir na concepção de burguesia e de desigualdade presentes no Brasil, para que a leitura do país não seja alvo de uma transposição esquizofrênica da realidade europeia descrita por Marx. Esta é uma crítica aos marxistas, e não à Karl Marx. Inclusive, porque seu método abre possibilidades para que a totalidade específica e constituinte do Brasil não passe pelas vistas dos teóricos de maneira superficial e sem ligações com a história que enraíza as relações sociais no país, e que estão presentes em todas as dimensões da vida social do brasileiro.

Se a “interligação entre método, teoria e realidade permite verificar que o método profissional é um meio de conhecimento e interpretação desta realidade e, ao mesmo tempo, um instrumento de sua transformação” (Santos apud Silva, 2013, p. 99), a ausência do determinante racial, enquanto uma dimensão que constrói e consolida a Questão Social brasileira, serve para fortalecer o mito da democracia racial e contribui para a manutenção do racismo. Desse modo, a branquitude passa a ser um objeto de estudo negado na análise da

burguesia, uma vez que considera-se que o que a constitui se restringe à dimensão econômica, e não racial.

O homem branco não provava sua superioridade ao escravizar a exterminar milhões de homens negros? [...] A supremacia branca colocara, assim, o mundo sob seu domínio econômico, político e cultural racista. De fato, o desenvolvimento da ciência social do século XIX trouxe a marca dessa arrogância. Os horizontes em expansão da antropologia, etnologia, sociologia, etc... serviriam não apenas para decifrar os enigmas que desafiavam a história, mas também para legitimar, de um modo científico, a hegemonia do Ocidente e a supremacia dos brancos. (MOORE, 2010, p. 62-63)

Moura (1983) afirma que

Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma *práxis* social coerente.” (Moura, 1983, p. 124)

Consoante ao reconhecimento da desigualdade racial a subsecao VIII e XI do paragrafo XX, do Código de Ética (2012) da profissão, enuncia dois princípios a questão racial ganha destaque

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (Código de Ética do/a assistente social, 2012)

Nota-se que estes princípios que tangem a questão racial reduzem tal problemática a uma questão étnica; e quanto ao princípio que aponta o preconceito, ocorre o equívoco de considerar que assim o racismo seja abarcado. Não obstante, uma vez compreendida 1. A dimensão estrutural da branquitude na formação social, econômica e política brasileira; 2. A teoria-metodológica que subsidia a formação e fazer profissional do Assistente Social; e 3. A maneira como se entende a Questão Social brasileira pelos autores citados; apreende-se que há uma lacuna presente no aprofundamento e comprometimento com a questão racial para se alcançar os princípios defendidos no código de ética do/a assistente social (2012) que se materializam o Projeto Ético Político defendido pela categoria para a construção de uma outra sociedade.

Porém, neste espaço universal que abrange os trabalhadores, de que maneira se é trabalhada ou alterada a configuração do racismo, que como visto, transpassa a estrutura de classes? A questão é analisar de que forma é possível alcançar esta sociedade, sem a proposição concreta do fim da dominação racial dentro e através da divisão de classes.. Essa

possibilidade só existiria se as questões de raça fossem compreendidas como uma realidade vinculada e dependente do capitalismo, e portanto, passíveis de serem alteradas com o fim da sociedade de classes. Porém, essa afirmação é insustentável perante a breve apresentação acerca da branquitude no Brasil trazido no primeiro capítulo deste trabalho. O capitalismo não produz a divisão racial, ele se apropria e a intensifica. As classes estão, portanto, racialmente fracionadas e mantidas no sistema econômico vigente. Isso se associa a divisão burguesa advinda do capitalismo, que, por sua vez, enrijece a divisão racial através da consolidação da dicotomia de classes.

Portanto, para ocorrer uma mudança societária, como pretende o Serviço Social, numa sociedade racializada tal qual o Brasil, é fundamental que ocorram estudos aprofundados acerca da questão racial, sobretudo em relação à branquitude, e comprometido com a luta antirracista. Afinal, não falar sobre o racismo não garante sua superação. É necessário desvelar e assumir a racialização da sociedade brasileira como oriunda da estrutura da branquitude que perpassa toda a história do Brasil, para que assim, entendida como tal, o status de poder atribuído ao branco possa ser um objeto de estudo para a categoria e para as correntes contra-hegemônicas.

A questão social como tem sido entendida pela categoria (ou por grande parte dela) não fala ou não abrange a dominação dos negros e o período escravocrata como uma marca sócio-histórica que atribui lugares e espaços na sociedade a partir da divisão racial até os dias atuais.

Com base nestas informações, apreende-se que o serviço social se assenta sob uma contradição, além das inúmeras que perpassam a categoria, por ser uma profissão que vai na contramão da ideologia dominante atrelada ao capitalismo e seus interesses e estar inserida na divisão social do trabalho. Esta contradição sob a qual discorreremos a seguir, a partir de resultados de pesquisa realizada, é uma contradição interna, relacionada às dimensões teórica e metodológica, que é de suma importância para que o Serviço Social se autoavalie e caminhe para ampliação de suas discussões, através de críticas aqui tecidas para a construção de uma categoria cada vez mais comprometida com os direitos e a cidadania de toda a população.

## CAPÍTULO III

### O lugar da raça na produção de conhecimento de Serviço Social

*São formas de tratar certas questões nas quais tenho a impressão que fico subsumida, subentendida; ou seja, nelas eu e os meus nos tornamos invisíveis.* (CARNEIRO, 2005, p. 22)

A partir dos elementos e reflexões trazidos nos dois capítulos anteriores, serão analisadas as produções teórico-científicas do Serviço Social buscando compreender em que medida apresentam uma análise sobre a questão racial já discutida aqui como um elemento estrutural na formação do Brasil. Ou seja, a análise dos dados levantados e apresentados neste capítulo tem por objetivo discutir expressões do formato com que o Serviço Social tem abordado a questão racial no Brasil.

Para o alcance deste objetivo foram analisados dois eventos centrais para o Serviço Social, onde são apresentados trabalhos de estudantes e profissionais da área. Estes são: o **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS**, que ocorre a cada dois anos e que “contribui para a formação continuada, para a produção científica e técnica da área, para a socialização das pesquisas, das experiências profissionais, para o fortalecimento da categoria e, entre outros, para o adensamento da produção do conhecimento na área do Serviço Social e posicionamentos políticos” (XV ENPESS, 2016); e o **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS**, que ocorre a cada três anos, e se configura como o maior evento do Serviço Social brasileiro, de natureza político-científica onde está abarcado produções que direcionam as ações e a agenda das entidades da categoria – conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO.

Portanto, apresentar-se-ão a metodologia e as análises dos resultados adquiridos com o levantamento dos trabalhos que interessam para a questão dessa pesquisa a partir das produções contidas no 12º, 13º e 14º ENPESS, ocorridos no ano de 2010, 2012 e 2014, respectivamente; e no 13º, 14º e 15º CBAS, que aconteceram no ano de 2010, 2013, e 2016, respectivamente.

#### 3.1 Procedimentos metodológicos

Dada a natureza desse trabalho, a pesquisa se revela com uma abordagem qualitativa, ou seja através de um método de investigação que emprega diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados” (Creswell,

2007, p.184), uma vez que esta se apresenta com maior propriedade para o objetivo a ser alçado. Para tanto foi feita revisão bibliográfica, tanto dos marcos teóricos do Serviço Social quanto em relação aos autores que trazem elementos para se construir a categoria “branquitude”, a partir de uma perspectiva decolonial, e que originou o primeiro e o segundo capítulo deste trabalho. Feito isto, este terceiro capítulo trata de analisar os artigos acerca da questão racial apresentados nos espaços de maior prestígio acadêmico da categoria – CBAS E ENPESS –, e que se configuram enquanto dados secundários. A metodologia adotada, portanto, foi composta por quatro etapas, sendo elas:

1ª etapa: busca de trabalhos através dos descritores;

Essa etapa consiste em uma busca dos trabalhos que abordam a questão racial através da plataforma existente nos Anais dos eventos, disponíveis em formato de CD, que são responsáveis por compilar os trabalhos aprovados pela comissão responsável e referente a cada um dos eventos, ENPESS e CBAS. Estes CDs são disponibilizados no/pelo próprio evento.

Para busca dos trabalhos que interessam para os fins desta pesquisa, utilizou-se a plataforma contida nos CD's, no qual há um espaço em que pode se inserir termos e/ou palavras chaves que façam a busca dos títulos que contém tal descritor, e com isso auxilia-se o levantamento dos trabalhos cujo título interessa ao pesquisador/leitor. Além da alternativa de busca com base nas palavras contidas no título dos trabalhos, há também a possibilidade de busca através do nome do Autor/a ou por eixo temático, em algum dos CDs. Através desse mecanismo foram lançados os seguintes descritores: [RACIAL] [RACIAIS] [RAÇA] [RACISMO] [NEGRA] [NEGRO] [NEGRITUDE] [ESCRAV] [AFRI/AFRO] [BRANQ] [BRANCO/A] [ETNIA]

O descritor “escravo” foi assim definido uma vez que consiste no radical comum das palavras em que, possivelmente, está inserida a questão racial, tais como “escravidão”, “escravocrata”, “escravagista”, “escrava”, “escravo”, “escravizado”, entre outros; e “branco” por ser um radical comum para a busca por termos como “branqueamento”, “branquidade” e “branquitude”.

A escolha destes descritores se deu uma vez que são palavras-chaves que procuram e sinalizam trabalhos relacionados a questão racial ou em relação a temas em geral, mas que possuem em si a perspectiva ou o recorte racial. Tal busca permitiu o mapeamento de trabalhos em diversas áreas – como assistência, saúde, formação profissional, dentre outros –



e muitas vezes o título dos trabalhos sinalizaram a perspectiva, nesse caso, racial ou o estudo das questões raciais que estava presente no desenvolvimento do trabalho. Desta forma, o título possui a importância de impulsionar o interesse dos leitores pelo conteúdo presente na obra/artigo/texto. A partir da leitura dos títulos foi possível identificar o foco central dos trabalhos, no entanto, evidentemente não se propôs analisar o trabalho utilizando apenas este recurso, pois compreendeu-se que o completo aprofundamento do conteúdo exige contato com toda a obra, por isso, o título é a “porta” e o convite para o texto. Sendo assim, foi por meio deste que os descritores serviram de mediação para se chegar aos trabalhos que trouxeram a temática racial e que interessam para esta parte da pesquisa.

2ª etapa: leitura dos resumos.

Uma vez levantados os trabalhos a partir dos descritores supracitados, foram lidos os resumos de cada um, na intenção de se aproximar da maneira como a questão racial se insere nas diversas abordagens, e ao mesmo tempo, analisar de que forma tem se desenvolvido a questão racial nos diversos contextos e assuntos a que cada texto se propõe a discorrer.

3ª etapa: leitura dos trabalhos que tratam da formação profissional.

Lidos os resumos de todos os trabalhos levantados, aqueles cujo conteúdo se volta para a formação profissional da categoria de Serviço Social em diálogo com a questão racial foram integralmente lidos, para abordar como são realizados os estudos, apontamentos e críticas à presença ou ausência da questão racial na produção de conhecimento da e para a categoria, e caso existam críticas, como estas são construídas.

4ª etapa: análise dos dados coletados com base no referencial teórico.

### **3.2 Apresentação e análise dos resultados**

As seis edições dos dois eventos analisados – ENPESS e CBAS – contém um total de 6.999 trabalhos. Essa quantidade de trabalhos apresentados em ambos eventos revelam a dimensão referente a produção de conhecimento da categoria profissional, e a importância de espaços como esse para veicular o conteúdo que está sendo produzido pelos assistentes sociais formados e em formação, estimulando a troca e a formação continuada. Dada a importância e

o significado desse espaço, foram analisados os temas referentes a questão racial para abordar como a discussão sobre a temática tem sido feita na e para a categoria.

No que tange aos trabalhos presente nesses eventos que tratam da questão racial, a tabela 1. demonstra a quantidade de artigos encontrados por evento a partir do levantamento através dos seguintes descritores:

<b>Descritores/Eventos</b>	<b>12° ENPESS</b>	<b>13° ENPESS</b>	<b>14° ENPESS</b>	<b>13° CBAS</b>	<b>14° CBAS</b>	<b>15° CBAS</b>	<b>TOTAL POR DESCRITOR</b>
<b>RACIAL</b>	4	5	10	4	3	3	29
<b>RACIAIS</b>	2	0	1	3	0	1	7
<b>RAÇA</b>	5	3	1	1	1	5	16
<b>RACISMO</b>	0	3	1	1	1	4	10
<b>NEGRA</b>	4	7	3	2	3	11	30
<b>NEGRO</b>	2	2	1	1	1	2	9
<b>NEGRITUDE</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>ESCRAV</b>	3	2	1	1	4	0	11
<b>AFRI/O</b>	0	0	1	0	2	2	5
<b>BRANQ</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>BRANCA/O</b>	0	0	0	0	0	0	0
<b>ETNIA</b>	1	0	0	2	1	1	5
<b>TOTAL POR EVENTO</b>	21	22	19	15	16	29	

Tabela 1.

Somam-se 122 trabalhos alcançados através dos descritores acima. Em face da quantidade total de trabalhos apresentados no encontro e no congresso da categoria. Esses dados alarmam e denunciam o não-espaço ou sublugar que o debate acerca da desigualdade racial, racismo, e suas variações possuem nas produções de conhecimento na área de Serviço Social.

Nota-se que o descritor com maior número de trabalhos encontrados é “NEGRA”, e em segundo “RACIAL”. A tendência dos trabalhos que continham em seus títulos esses descritores é a de considerar em grupos subalternos a acentuação do racismo em contextos

distintos, como no acesso à política de assistência social, política de educação e assuntos referentes a segregação sócioespacial. Ou seja, estudar a questão racial como um elemento que acentua as violações de direitos na classe trabalhadora. Em contrapartida, não houve nenhum trabalho que tratasse da condição do branco no Brasil. Como dito, ao que parece, a classe trabalhadora tem cor; a burguesia não.

Os gráficos a seguir mostram o espaço e representação das questões raciais na análise da totalidade dos trabalhos apresentados nos seis eventos analisados:

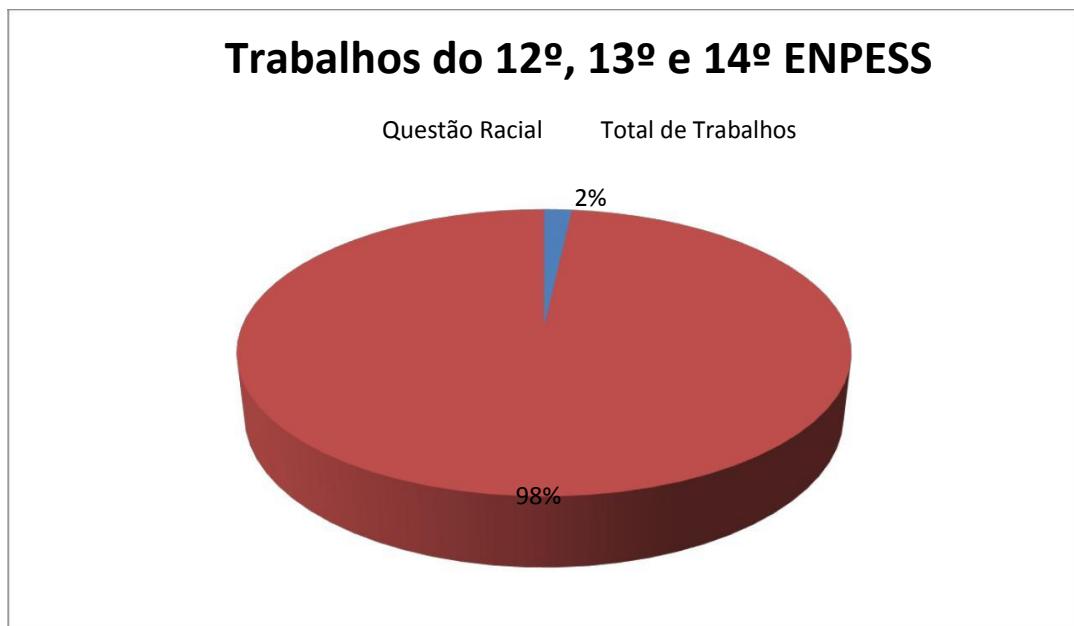


Gráfico 1. Contraste entre temas gerais x temática racial no 12º, 13º e 14º ENPESS.

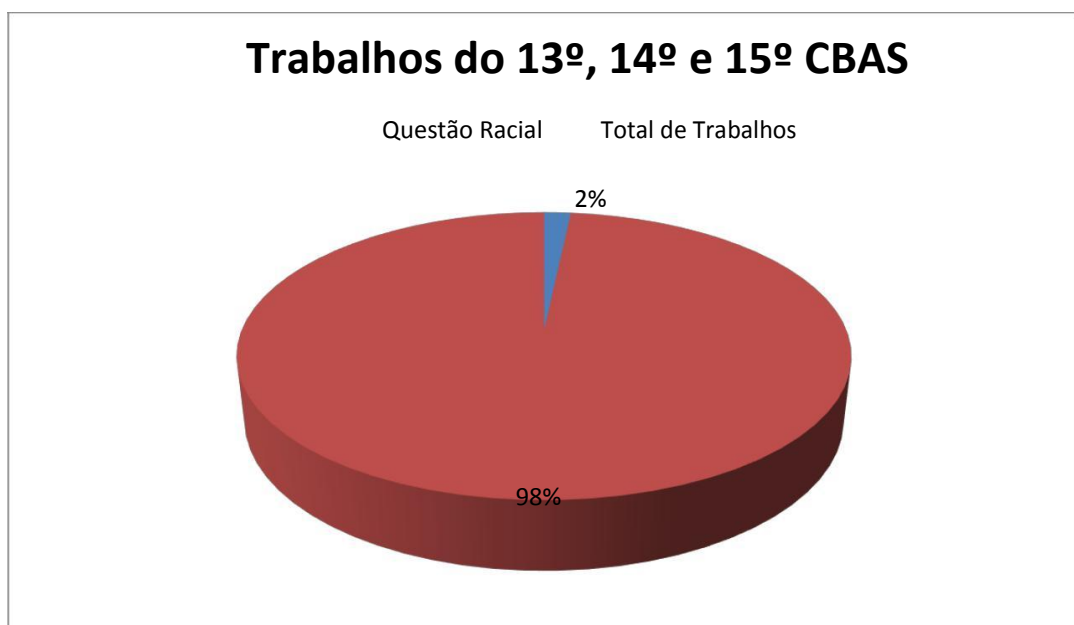


Gráfico 2. Contraste entre temas gerais x temática racial no 12º, 13º e 14º ENPESS.

De um total de 3489 trabalhos aprovados/apresentados no ENPESS, 62 trabalhos foram encontrados a partir da busca com os descritores já enunciados. Isso representa 1,77 % do valor referente aos trabalhos em geral apresentados nos três eventos. Já no CBAS, do total de 3510 trabalhos, 60 correspondem aos descritores utilizados. O que equivale a 1,77% de todos os trabalhos contidos e apresentados nos três congressos analisados. Contudo, nos gráficos 1 e 2 o valor foi arredondado para 2%, o que mantém a taxa ínfima e inversamente proporcional ao nível de importância que a raça possui para compreensão da realidade brasileira e na composição da Questão Social.

Nos anos analisados, a partir do 12º ENPESS em 2010, do 12º encontro para o 13º, houve o aumento de 1 trabalho acerca da questão racial, e aumento de 173 trabalhos no total. Do 13º ENPESS para o 14º, diminuiu-se o valor total de trabalhos apresentados no encontro, com menos 184 trabalhos que o anterior, e que conseqüentemente, afetou a quantidade de trabalhos acerca da questão racial, que de 22 no 13º ENPESS, foi para 19 no 14º enpess.

No CBAS é possível notar um crescimento tanto na quantidade total de trabalhos, como na produção acerca das questões raciais. Porém, o aumento em relação aos trabalhos que abrangem a questão racial ainda são ínfimos em comparação com a quantidade total de trabalhos. Do 13º CBAS para o 14º, cujo intervalo do encontro é de três anos, aumentou-se 3 trabalhos sobre raça, e em relação ao total houve aumento de 157 trabalhos. Já do 14º CBAS para o 15º houve aumento de 17 trabalhos, que apesar de pouco foi um pouco mais expressivo em relação ao total de 307 trabalhos a mais que foram apresentados no Congresso.

Uma vez contabilizados os trabalhos, analisou-se as áreas temáticas em que as discussões acerca da raça foram inseridas, para apreensão das relações tecidas entre a questão racial e os diversos temas abordados nos artigos. Dividi as áreas temáticas entre: Racismo institucional; relações raciais e formação social brasileira; cotas, educação e ações afirmativas; identidade; movimento negro; questão social, pobreza e desigualdades; raça e gênero; escravidão contemporânea, formação profissional, política de saúde, quilombo e/ou questão espacial; violência, criminalização, morte e geração; intersecção e diversidade; política de assistência social, mercado de trabalho; futebol; e cultura.

Alguns artigos enquadrados nos temas acabam dialogando com mais de uma área. Contudo, os temas com maior predominância nos artigos que tratam da questão racial são em relação a discussão acerca da “Raça e Gênero”, que por sua vez relacionam a condição da mulher negra no acesso à políticas sociais, ou quanto a sua inserção no mercado de trabalho, dentre outras, como a relação entre política de assistência social e as mulheres negras, por exemplo. Com grandes proporções, temas relacionados à “violência, criminalização, morte e

geração” se concentram como temas que possuem o segundo maior número de trabalhos acerca da questão racial.

É necessário diferenciar as áreas temáticas, que fiz referência acima, dos eixos temáticos que são estabelecidos pela própria comissão organizadora dos eventos. A primeira foi assim definida para se traçar quais temas foram relacionados à questão racial e qual o tema em que há maior nível de concentração dos trabalhos que nos interessam para a pesquisa. Ou seja, áreas temáticas definidas acima se comprometem a sistematizar apenas os 122 trabalhos alcançados através dos descritores da tabela 1. Já a divisão dos eixos temáticos, que podem inclusive serem intitulados como áreas temáticas nos eventos, são estipuladas pela organização que compõe o evento e que compila em blocos os trabalhos a fim de sistematizar a divulgação, apresentação e, posteriormente, a distribuição dos trabalhos por meio dos CDs com base no conteúdo a ser abordado no trabalho<sup>16</sup>.

### 3.3 Raça e etnia: dá na mesma?

*Pode-se dizer que, no Brasil, o branco tem desfrutado do privilégio de ver o negro, sem por este último ser visto. Nossa sociologia do negro até agora tem sido uma ilustração desse privilégio. (RAMOS, 1995[1957]: 202)*

Em primeiro lugar, faz-se importante reafirmar – dado que isto foi feito no capítulo I – a insistência pela categoria “raça”, sobretudo como um descritor para esta pesquisa. Para Fanon, a construção de raça é um limite para a emancipação do negro, inclusive quando ele se utiliza desta para ressignificar sua existência, posto que a raça é uma criação branca para sectarizar os indivíduos enquadrando-os em caixas a partir do compartilhamento étnico-racial, em que isso se reflete no que ele chama de duplo narcisismo: o branco fechado em sua brancura. E o negro em sua negrura. Impedindo o rompimento com esse mesmo sistema que gerou esse apartheid simbólico e cultural dos sujeitos brancos e não-brancos. Uma segunda crítica ao uso da categoria é que raça não é uma categoria científica.

Porém, haja vista que ela – a divisão racial - opera como um demarcador dos corpos e os estereótipos a eles vinculados, é uma alternativa, de maneira imediata, a apropriação desta categoria, uma vez que apesar de ausente de cientificidade, a raça existe no campo social

---

<sup>16</sup> Por exemplo, no 13º CBAS os eixos temáticos são: Crise do capital, Estado e Democracia; Direitos da infância, adolescência, juventude e velhice; Educação, comunicação e cultura; Espaços sócio-ocupacionais, relações e condições de trabalho do Assistente Social; Ética e direitos humanos; Família e relações sociais; Justiça, violência e segurança pública; Movimentos e lutas sociais e a organização política da Classe trabalhadora; O projeto ético-político profissional, trabalho e formação; Questão urbana, agrária e meio ambiente: lutas sociais e condições de vida; Raça, etnia, gênero e orientação sexual; Seguridade social: concepção e financiamento; Serviço Social: Controle Social e sujeitos políticos; Serviço Social: Formulação e implementação. Nas outras edições não há muita alteração, inclusive quanto ao formato das divisões dos eixos temáticos nos ENPESS.

como um definidor de lugares e de esteriótipos. Com isso, a raça, a curto prazo é um instrumento que gera o reconhecimento histórico de produção de desigualdades, gerando inclusive para o povo não-branco um compartilhamento das possíveis reparações que o Estado precisa assumir perante esta máxima social. E não só o reconhecimento da beleza e resistência desse povo e sua importância para as bases desse país.

Em contrapartida, o descritor “etnia” foi usado como resposta ao debate que se tem feito sobre a legitimidade do uso da raça como categoria (que não é uma categoria científica) uma vez que etnia abrange também os povos tradicionais. Contudo, grande parte dos artigos alcançados pelo descritor “etnia” quando se tratavam da raça, continham o descritor “racial” ou “raciais”, como a categoria étnico-racial e étnico-raciais. E os demais, quando apresentavam apenas “etnia” em seus títulos traziam apenas a discussão acerca dos povos indígenas. Desse modo, o uso de “etnia” no código de ética de Serviço Social (2012) expressa a lacuna acerca da importância que a categoria “raça” alcança em relação a questão racial. O que reafirma a necessidade de ainda se usar esta categoria – raça – tanto no código de ética, quanto nos trabalhos que se voltam para a discussão da temática sobre a população negra e branca.

Apesar desta contradição entre as categorias analíticas “raça” e “etnia”, o uso da categoria “branquitude” é um ponto em comum para se definir a estrutura que imputa a ambas populações não-negras a subalternidade que compartilham na sociedade brasileira.

### **3.4 Divisão dos eixos temáticos: a Questão racial como um subtema ou mais um componente da diversidade**

Em sua maioria, os trabalhos acerca da questão racial estão presentes em eixos que unem a questão racial à questão de gênero, orientação sexual e/ou geração. Há em cada evento, tanto no CBAS quanto no ENPESS, um eixo que se destina às produções sobre raça, variando de “Raça, Etnia, gênero e Sexualidades”; “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidades”; à “Classe social, Gênero, Raça/etnia, Geração, Diversidade sexual e Serviço Social”, dentre outros. Neste último há uma subseção com título de “ênfase em raça”. Esse lugar para o qual estas produções são direcionadas refletem a maneira como tal discussão é encarada pela categoria profissional. Geralmente a questão é direcionada nos eventos caracterizando-se como subtemas, seja como recorte, expressão da Questão Social, ou discussões que são referentes à particularidade dos sujeitos.

Dado a maneira como o tema racial é tratado e como ocorre seu deslocamento para um espaço onde se enquadram todas minorias políticas, observa-se que nos trabalhos que se predispõem a trazer uma perspectiva sobre a população negra, a questão racial é situada como um recorte dentro dos temas gerais. Esse movimento de transformar a questão racial em um recorte dentro da discussão se dá pela ausência de elementos que vinculem a condição do negro analisada pelo trabalho em diversos setores e discussões – como o negro no mercado de trabalho, o negro na educação, a população pobre e sua cor – à história da formação social brasileira e à estrutura que o produz.

Assim o corpo social negro se torna um objeto de estudo sem correlação com as raízes que o constituem como tal. É como falar do trabalhador sem falar da burguesia que o constrói e o delinea. É voltar os olhos para o produto, sem pensar seu produtor. É como cuidar dos galhos, sem observar o solo. É como falar da doença, sem falar da causa. A denúncia do racismo reduzido ao estudo do negro limita a luta antirracista a uma luta que permanece na defensiva: ela se volta para o negro, enquanto aquilo que lhe imputa este lugar subalterno, permanece ileso na dicotomia racial: o branco. O problema racial é a branquitude. Esta quem deve ser estudada, desvelada e posta em xeque.

O debate acerca da questão racial, quando feita, é potencialmente reduzida a um debate acerca da população negra, que é majoritariamente pobre no Brasil. Daí o equívoco em acreditar que falar de classe abarca os apontamentos acerca da racialidade dos sujeitos que vivenciam a subalternidade social. Em contrapartida a esse movimento, Souza (2013) afirma que “negros e negras não são discriminados porque são pobres, mas são pobres porque são discriminados” (p. 55).

Quando a questão racial é reduzida a uma questão de classe, o problema central se torna a população negra que é pobre. Não se pensa na cor da burguesia. Não se assume a burguesia como branca, e portanto, como uma dimensão da classe dominante que produz e mantém através de suas relações de poder a supremacia de sua raça como norma e referência, sem nem precisar ser enunciada como tal. Afinal, raça é coisa de negro. Branco é gente!

### **3.5 Ponderações sobre o trato com a temática racial**

*Hoje, a luta daqueles que reconhecem as desigualdades existentes no Brasil consiste justamente em defender a importância do estudo da questão racial e do conceito de raça. Enquanto este não for enfrentado por cientistas e pelos próprios negros numa forma de autoidentificação não será possível extirpar as desigualdades tão antigas no cenário nacional, especialmente mediante o seu processo de naturalização.*

(SILVA, 2000, p. 102)

Apesar dos índices estarem longe do que se almeja em termos de disseminação do estudo sobre a desigualdade racial, e ser necessário aprofundar a instrumentalização do método materialista histórico dialético para abordar a realidade brasileira tal como é, é necessário reverenciar os passos que tem se dado em relação ao crescimento de tal discussão dentro da categoria.

Bem, como visto, não há estudos sobre o branco, ou branquitude. Há apenas um artigo alcançado por meio do descritor “branq”, que possui o seguinte título: “A trajetória da desigualdade: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil<sup>17</sup>”. Este trabalho procura discutir o contexto em que ideias racistas emergiram para embasar a interpretação acerca da situação dos negros na sociedade brasileira atual. Mas, apesar de não haver um enunciado sequer que chame a atenção para o determinante estrutural e produtor da desigualdade racial, avançou-se bastante em termos de desmistificar também a classe trabalhadora como um espaço abstrato, cuja condição antagonista a classe dominante fosse suficiente para enunciar sua subalternidade.

A quantidade de trabalhos encontrados nessa pesquisa revelam-se como fruto da reivindicação de demandas antiquíssimas dos movimentos negros; dos referenciais teóricos negros; e de estudantes negros. E, se essas produções passam a ocupar quase 2% da produção de seis edições de dois eventos tão importantes para a categoria profissional de Serviço Social, é porque há pessoas que passaram a questionar o racismo e assimetria racial no Brasil, nem que seja dentro da classe trabalhadora. Não obstante, há trabalhos que se voltam para a análise da inserção da mulher negra no mercado de trabalho; apesar dela estar inserida na divisão social do trabalho antes mesmo dele configurar-se como tal. Há autores pensando a mulher negra na política de assistência social; na política de saúde. Há, inclusive um trabalho que aborda “o uso de álcool e de outras drogas entre mulheres negras trabalhadoras rurais no interior do Estado de São Paulo”<sup>18</sup>. Ou seja, esses são estudos que embasam e direcionam uma prática profissional qualificada e que venha a compreender as condições limitadoras e conflituosas que perpassam a realidade dos negros e negras no Brasil.

Com base nisso, o estudo e apontamentos teóricos direcionam não só o fazer profissional, bem como a ampliação, criação, avaliação, implementação e monitoramento das políticas públicas e sociais, que ao se pretenderem universais podem manter invisíveis aqueles que não são vistos pelo Estado.

---

<sup>17</sup> Artigo da autora da Jussara de Cássia Soares Lopes, da Universidade Estadual de Montes Claros – MG. Apresentado no 13º CBAS

<sup>18</sup> Intitulado assim, o artigo é da autoras Marcia Helena de Lima Farias e Daiana de Fátima dos Santos.



### 3.6 Escravidão e raça: não deveria ser uma ligação lógica?

*Sou também uma aplicação pedagógica porque as representações associadas ao meu corpo têm sido reiteradas pelos séculos por meio dos aparelhos escolares e muitos outros processos educativos, que além de as reforçarem e as repercutirem em todos os cantos do mundo, foram explicando o meu martírio religiosamente – como uma forma de expiação de meus pecados, sendo o maior deles a pele escura, herdada me ensinaram, de Caim, o fratricida, e também pelo meu paganismo, palavra que vim a aprender contigo – e me valeram a escravização, única maneira encontrada para que eu fosse conduzida ao patamar próximo da civilização e alcançar a salvação de minha alma. (CARNEIRO, 2005, p.20)*

Os trabalhos alcançados a partir do descritor “escrav” somam 11 artigos. Todos estes estão relacionados à “escravidão contemporânea” e merecem atenção especial. Dos 11 trabalhos que se encaixam nesse tema, todos se utilizam do termo “escravo” ou “escravidão” acompanhado da palavra “contemporâneo”. Ou seja, todos tratam de denunciar a escravidão sob a égide do capitalismo na atualidade, dado a configuração dos trabalhos cujo relação de exploração estão postas num nível de extrema violação de direitos, pauperização do trabalho, e sujeição à condições degradantes que se configuram como análogas à escravidão. Porém, dos 11 resumos apresentados nos trabalhos apenas um fez referência ao termo “escravidão” à uma questão racial, e apenas um citou o Brasil colônia e o regime escravocrata ocorridos até o séc XIX no Brasil para estabelecer relação entre ambas realidades.

Ainda sobre o descritor “escrav”, aqui vão algumas citações dos resumos referente aos artigos restantes: Em um deles, a autora considera o trabalho escravo contemporâneo “uma consequência perversa do modelo de desenvolvimento capitalista” (Rocha, 2010). Em outro artigo as autoras afirmam que hoje há “uma escravidão diferente daquela que acabou no país em 13 de maio de 1988, com a assinatura da lei áurea”. (Nascimento et al, 2010)

Neste terceiro com título “trabalho escravo contemporâneo na realidade brasileira, - frente a crise estrutural do capital, que desencadeia a precarização das relações trabalhistas e perda de direitos sociais”, as autoras vinculam trabalho escravo contemporâneo à um fenômeno causado pela reestruturação produtiva (Silva et al, 2012).

Não falar de questão racial em temas gerais não é uma novidade para a academia, mas retirar de temas essencialmente racializados a dimensão racial é de uma perspicácia epistemológica de desvinculação da essencialidade de tal questão que somente por meio de uma epistemologia tão branca e europeia se é possível alcançar este feito. Retirar a raça para que o tema se enquadre, sem pormenores, nas teorias cuja centralidade é a relação capitalista pautada na classe é retirar das comunidades negras o pouco de legitimidade e de aparato histórico que lhes restam. Afinal, se toda a história foi embranquecida, é ainda por meio de

um debate e levantamento sobre a escravidão e seu legado, que o negro e os movimentos negros hoje ganham legitimidade para avançar em termos de acesso a políticas sociais e/ou reparações por meio do Estado. Acreditar no racismo exige um nível de assimilação, resignação e renúncia, que nem todos os sujeitos, sobretudo os intelectuais, estão dispostos a fazer.

### **3.7 Formação profissional e o debate racial como escolha política**

Os departamentos de Serviço Social das Universidades possuem Projeto Pedagógico, no qual a instituição planeja e sistematiza suas matérias e ementas a partir dos direcionamentos da Lei de Diretrizes da ABEPSS. A Universidade de Brasília, por exemplo, possui um projeto pedagógico do curso de Serviço Social de 2011. Esse documento exprime a necessidade de se comprometer, enquanto curso de formação teórico-metodológico, com conteúdo ético-político, pautado em quesitos técnico-operativos; voltado para uma prática profissional de qualidade, no que se propõe a mediar as demandas advindas das relações complexas presentes no sistema econômico vigente; cujas ações priorizem e fortaleçam a classe trabalhadora.

É descrito também no Projeto Pedagógico de Serviço Social as movimentações ocorridas no que se refere às matérias necessárias para a formação, tal qual a obrigatoriedade destas, as interdisciplinaridades com outros cursos, a relação de programa e ementa, dentre outras problemáticas, que discutidas coletivamente no grupo de docentes, culminaram no currículo que possuímos hoje no departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.

Tratando-se do caráter pluralista defendido pela profissão, é necessário conceituar o que vem a ser este conceito. A profissão, na década de 65 à 75, adotada a teoria social marxista para embasar o fazer profissional, o caráter pluralista, propõe que a apreensão marxiana deve ser priorizada, uma vez que a escolha por este método e teoria se deu a partir de inúmeras discussões entre docentes, intelectuais, profissionais e estudantes; e assim foi escolhida por ser a melhor teoria com que se apreende a totalidade materialista em que vivemos; mas deve haver abertura para discussões de outros autores, teorias, vertentes, porém, de tal modo que seja mantida, inclusive em relação a estas outras teorias e epistemologias a “crítica-crítica”.

Como objetivo geral deste documento, os docentes que o formularam entendem a importância de se consolidar uma formação profissional de caráter generalista e crítica, para que os estudantes apreendam “os desafios impostos pela realidade social e a capacidade de

materializar as possibilidades de ação nela contidas” (Projeto Político Pedagógico de Serviço Social, 2011), visando a proatividade, criticidade e autonomia dos mesmos.

Entendida a realidade em que se insere a profissão de Serviço Social, e sua processual articulação às transformações contemporâneas, nota-se o “delineamento de um eixo norteador claro: a permanente construção de conteúdos teóricos, éticos, políticos e culturais que possibilitem uma intervenção profissional nos processos sociais que seja crítica e de elevado padrão de qualidade” (Projeto Político Pedagógico de Serviço Social, 2011), por este motivo a educação pública, de qualidade, laica, e para todos ocupa uma das lutas centrais da categoria.

Enfim, dada a existência deste documento e a defesa que nele se faz por uma formação pluralista, cuja crítica à centralidade da análise marxiana na análise da totalidade brasileira já foi sinalizada no capítulo que antecede este. Percebeu-se a necessidade de verificar de que forma a produção científica dos eventos de Serviço Social tem debatido a formação profissional e o tema racial. Para tal, optou-se por ler não só o resumo, mas os textos integrais dos sete artigos que tratam da formação profissional e o debate racial encontrados na pesquisa do ENPESS e CBAS. Contudo, vale citar que no departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília só há uma matéria sobre raça vinculada ao departamento, que inclusive não é obrigatória, e sim optativa: “Gênero, Raça/Etnia e Políticas Sociais”.

Os trabalhos que vinculam a formação profissional à questão racial totalizam 7 artigos relacionados abaixo:

1. **O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: um estudo introdutório do ponto de vista ético, teórico e metodológico.** Autoras: Valdeluce Nascimento Santos, Gislene Evangelista, Marcia Conceição Martins Correira. Artigo apresentado no 12º ENPESS, 2010.

O artigo reconhece o avanço do movimento de reconceituação para a profissão, mas aponta que há uma “incongruência histórica da profissão, pois ao mesmo tempo em que se aproxima da realidade brasileira, não reconhece a grande disparidade, as desigualdades raciais de um país onde reside a maior população negra fora da África” (Santos et al, 2010). Aponta que isso acarreta um fazer profissional que não sabe lidar ou que não absorve as demandas raciais. Os autores defendem que no eixo curricular contenham parâmetros que considerem a diversidade étnica cultural da população usuária de seus serviços.

2. **AS TEMÁTICAS DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.** Autora: Camila Lima dos Santos. Artigo apresentado no 14º ENPESS, 2014.

A autora neste trabalho aduz que o Serviço Social esteve afastado das lutas e conquistas de movimentos negros e feministas, porém, teve maior abertura para incorporar a violência de gênero no debate acerca da Questão Social. Contudo, para ela “não existe uma transversalidade de gênero, raça/etnia em suas diretrizes curriculares” (Santos, 2014). E, por fim, cita as docentes do curso como as propagadoras da temática.

3. **SERVIÇO SOCIAL E O DEBATE DE RAÇA: o silenciamento da fala como elemento da reprodução da desigualdade.** Autora: Tais Pereira de Freitas. Apresentado no 15º CBAS, 2016.

Este artigo faz referência aos “desprevilégios” da população negra nas transformações do mundo do trabalho. Afirma a questão racial como uma expressão da Questão Social, e chama atenção para o princípio do Código de Ética que defende a ampliação e consolidação da cidadania.

4. **O RACISMO BRASILEIRO E SUAS REPERCUSSÕES: uma lacuna na formação profissional do Assistente Social.** Autora: Tereza Cristina Santos Martins. Artigo apresentado no 13º ENPESS, 2012.

Este trabalho discorre sobre a questão racial a partir das relações de trabalhos tecidas pós-abolição e com a instauração do regime capitalista industrial.

5. **RELAÇÕES ETNICORACIAIS E FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: um diálogo necessário?** Autores: Ricardo de Souza Janoário, Franciane Cristina de Menezes. Artigo apresentado no 12º ENPESS, 2010

Os autores priorizaram a dimensão da cultura e da educação como veículos que podem alterar as desigualdades raciais, e consideram a questão racial como uma expressão da Questão Social, e a raça não como um fenômeno social mas “constitutiva do sujeito”.

6. **FORMAÇÃO PROFISSIONAL E CURRÍCULO: a representação racial como sistema de significado.** Autora: Angela Ernestino Cardoso. Artigo apresentado no 14º CBAS, 2013.

A autora defende que a temática racial foi historicamente vista como um subtema, e que isso se deve ao lugar dado para as contradições inerentes ao capital. E, edifica a necessidade do estudo da temática racial por esta compor a configuração da população pobre

no Brasil, de tal modo que os índices acerca da desigualdade social podem até melhorar, mas mantém ou agravam-se as violações e desproteção aos negros e negras brasileiros.

**7. O SERVIÇO SOCIAL ANTE AS DESIGUALDADES SOCIAIS ADVINDAS DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO BRASIL.** Autora: Bianca Machado Concolato Vieira. Artigo apresentado no 12º ENPESS, 2010

Neste trabalho, a autora faz um apanhado do período escravocrata, ponderando o contexto e as movimentações ocorridas para o seu fim, cujo protagonismo se volta para o africano escravizado. A partir disto, analisa a relação do Serviço Social com a temática na atualidade.

Todos os 7 trabalhos defendem o estudo e debate da questão racial pela condição vulnerável em que se encontra a população negra no Brasil, a partir de argumentos e conclusões diferentes, porém complementares. Todos defendem que a questão racial é importante pois está presente na questão social, ou seja, a defesa parte da ótica que essa é uma realidade da classe trabalhadora. E todos tecem considerações sobre a formação social sob a ótica racial, 1. analisando como se encaixa a temática na proposta política da profissão; 2. denunciando a ausência do tema na formação; e 3. Propondo que esse debate seja feito.

A partir da explanação dada sobre a Questão Social e sua concepção hegemônica no e para o curso, e de sua centralidade enquanto objeto de estudo, nota-se que o referencial teórico influencia nas críticas a serem tecidas acerca da categoria de Questão Social, bem como a ausência ou pouca quantidade de matérias que tragam a discussão acerca da raça como um determinante social de desigualdade.

Para tanto, a formação profissional conta com a sala de aula, mas a extrapola. Sobretudo no curso de Serviço Social pelo seu caráter de luta e de contra-hegemonia ao sistema. A formação se relaciona com os movimentos sociais e os compõe na busca por direitos. Desse modo, as lacunas na formação tendem a ser preenchidas com a aproximação dos assistentes sociais em formação ou formados com os movimentos, nesse caso, negros. Dado que a construção e participação em movimentos sociais é de cunho pessoal, apesar de conter-lhes o coletivo e o projeto por ele defendido, o debate racial torna-se uma escolha política, ou como já dito, uma questão de sobrevivência. Sobreviver à invisibilidade das particularidades da raça nas teorias progressistas que se pretendem universais.

Com base nestes artigos e em todas as considerações feitas neste trabalho até então, afirma-se que além do debate ser bastante restrito e reduzido, afinal corresponde à quase 2% do total de trabalhos apresentados nos seis eventos – 3 ENPESS e 3 CBAS – a questão racial

só ganha espaços na profissão por que a pobreza possui cor. Por que a classe trabalhadora é negra. Ou seja, a questão racial minimamente está inserida porque é inegável sua relevância na questão social brasileira. Contudo, em contraposição ao que é discorrido sobre a construção da branquitude no Brasil, a burguesia não é encarada como uma classe que também possui um demarcador racial. Não obstante, não há nenhum trabalho alcançado que discuta sobre a condição e construção do branco na classe dominante ou fora dela.

### **3.8 Considerações sobre outras epistemologias: dando voz à produção teórica silenciada pelo racismo epistemológico**

O confronto com o racismo no âmbito da produção de conhecimento conta tanto com a desmistificação da branquitude como um elemento real e concreto; bem como com a incorporação de autores negros, e grupos socialmente discriminados para formular e trazer perspectivas sobre paradigmas intocáveis no cânone da produção de conhecimento. Homem e mulheres africanas e negras também produzem conhecimento. A diferença é que eles não são priorizados no espaço acadêmico como tais.

De acordo com Grosfoguel (2016)

Essa legitimidade e esse monopólio do conhecimento dos homens ocidentais tem gerado estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico, desqualificando outros conhecimentos e outras vozes críticas frente aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais que regem o sistema-mundo. (GROSFOGUEL, 2016, p.25)

Abrir espaços para outras epistemologias significa dar a possibilidade de outras narrativas, outras interpretações, e outras abordagens incorporarem o nível científico-acadêmico na formação educacional e disputarem o espaço de produção de conhecimento sob outras perspectivas.

Para Gonzales (1988b) mulher e negra, por exemplo, é indispensável para se traçar um “olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil”. Ela ensina que é necessário desmistificar aquilo que de branco nos foi imposto, para reconhecer nas raízes diaspóricas o que nos aproxima da nossa própria história – negros descendentes de africanos. O movimento de tomar para si o protagonismo e poder da fala exige o rompimento com a epistemologia embranquecedora adotada na nossa formação enquanto ser individual e coletivo. Para tanto, Gonzales (1988b) insere a realidade brasileira num solo americano, que serve de substrato para reconhecer as semelhanças e compartilhamento do povo africano na

formação dos países do continente. Através da denúncia do que silencia e sufoca a contribuição negra para as referidas nações, sobretudo, o Brasil, torna-se mais evidente a configuração imposta pelo branco na colonização.

Para isso, a autora traz “a categoria político-cultural de amefricanidade” (Gonzales, 1988b) que pode ser atribuída aos americanos em geral – América do sul, do norte, Central e Insular, e que seríamos, enquanto brasileiros, ladinoamefricanos. Esse é um outro elemento que enriquece a narrativa que aqui se apresenta, esta categoria “amefricanidade” traz em si uma importância substancial para enfrentar o que o termo “afroamericano” ou “brasileiro” tende a esconder ou silenciar, dado que o primeiro nos remete apenas ao negro dos EUA, e ser brasileiro se apresenta como uma identidade sem origens, alimentado pelo racismo disfarçado, ou o racismo por denegação (Gonzales, 1988b). O máximo que se alcança com esse segundo título é a ligação com os Portugueses, responsáveis pela nossa colonização. Portanto, ao dizer que somos ladinoamefricanos, respectivamente, trazemos à tona o nosso compartilhamento e inserção no contexto latino americano, bem como, a raiz africana presente na nossa descendência, incorporando um “processo histórico de intensa dinâmica cultural que é afrocentrada” (Gonzales, 1998b, p. 76), e amefricanos no que tange a essa reflexão a nível de africanos e descendentes de africanos no contexto do continente americano como um todo.

Essa maneira de abordar o contexto em que o Brasil se insere em nível de América Latina e o conceito que daí advém não são disseminados na academia como uma perspectiva interessante para passar a se pensar as congruências latinas que podem nos aproximar da denúncia dos feitos da branquitude na América. Em contrapartida, se “amefricanidade” é uma categoria restrita aos indivíduos que buscam autores alternativos à ementa tradicional de seus cursos, categorias de autores brancos ocidentais estão sendo compartilhadas e ensinadas em cursos de humanas e exatas, em cursos hegemônicos e contra-hegemônicos. Independe, a literatura se faz branca. Pergunto então, para os que possam vir a ler esse trabalho, quantos destes autores vocês conhecem e/ou leram por indicações de professores ou por estarem presentes na bibliografia de suas matérias: Frantz Fanon, Guerreiro Ramos, W. E. B. Du Bois, Aimé Césaire, Abdias Nascimento, Angela Davis, Sueli Carneiro, Kabengele Munanda, Carlos Moore, Patrícia Hill Collins, Cheikh Anta Diop, Bell Hooks, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales, Oyèrónké Oyěwùmí, Paul Gilroy dentre outros?

Essa tradição etnocêntrica que movimentou a história, e inclusive a colonização no Brasil e em outros países, gerou não apenas o ataque aos indivíduos não-brancos, bem como a inferiorização de suas organizações sociais e culturais e a manutenção deste lugar subalterno. Ao passo que o conhecimento de outras civilizações foram deslegitimados, o poder da voz foi

assegurado aqueles mesmos que atacaram ideologicamente as sociedades africanas, e, posteriormente, os nativos dos países que vieram colonizar. Suas ideologias movimentam suas ações, e a teoria apropriada por estes se apresentam como suficientes para relatar o ocorrido. Não se pergunta ou se dá a chance ao outro para que fale de si. A pretensa do branco no domínio da escrita é tamanha que acredita poder falar pelo outro.

Apontar a África trazida nas vivências dos africanos escravizados na nossa formação social e cultural é reivindicar o reconhecimento de sua contribuição para o que se alçou no Brasil, não só em termos materiais, como na construção das ferrovias, estradas, igrejas, casarões, e no plantio e colheita dos cafezais, algodões e cana. Mas, sobretudo, na formação da nossa língua, da nossa identidade nacional, da nossa produção musical, da nossa crença, e etc., ou seja, da nossa cultura. Porém, ao contrário do que seria esperado, dada a significância da contribuição do pensamento africano a partir da diversidade étnica aqui recebida, o movimento gerado pela representação nacional almejada se assenta na negação destas raízes, e no silenciamento dos protagonistas destas histórias.

Há no Estado brasileiro inúmeras políticas de embranquecimento, embasadas na negação da memória e na romantização da miscigenação como uma característica positiva e benéfica para o Brasil, uma vez que neste fenômeno genuinamente brasileiro se encontra a possibilidade de negação do que lhe é negro, e, em contrapartida, valorização do que de branco este possui. Ou seja, o embranquecimento dos sujeitos, da cultura e da história é a possibilidade de desenvolvimento civilizatório da sociedade brasileira, ela invade e adentra também o espaço de produção do conhecimento pautado na escrita.

O genocídio é completo: extermínio de um povo, que é morto na bala, à queima roupa; é morto nos livros de história, por lhes ser negado o protagonismo nos relatos; é morto no conceito estético difundido como parâmetro de beleza; é morto nas relações afetivas, por ser visto como um objeto sexual/corpo violável; e, dentre tantas outras vertentes que poderiam ser citadas, segue sendo morto por lhes ser enfiado goela abaixo a ideia de que sua cor, traços, e cultura são inferiores ou não podem ser enunciados como uma maneira de se enxergar o mundo.

Contudo, devido ao racismo disfarçado, em contraposição ao racismo explícito presente na África do Sul e EUA, por exemplo, países da América latina necessitam produzir uma epistemologia negra que abarque as especificidades do contexto latino, como tem feito a autora Lélia Gonzales em seus trabalhos. Destarte, uma das dificuldades impostas pelo racismo disfarçado é a culpabilização do sujeito que aponta a raça como uma questão, como alguém que está promovendo as diferenças entre negros e brancos, e não como alguém que as



desvela, as reconhece, e as questiona para sua superação. Racista no Brasil é quem aponta o racismo, e não quem o (re)produz, afinal este já é um movimento socialmente aceito e/ou naturalizado. E, a inserção da realidade brasileira em diálogo com a realidade dos países colonizados da América é uma alternativa de reconhecimento da população negra-africana no lugar subalterno em que foi submetida pela branquitude colonizadora, com vistas ao enfrentamento real desse lugar, que para alguns é inexistente ou algo que só se viveu no apartheid ocorrido nos EUA.

No que concerne o epistemicídio como uma dimensão do genocídio, Carneiro aduz que

[...] a história do epistemicídio em relação aos afro-descendentes é a história do epistemicídio do Brasil, dado o obscurantismo em que o país foi lançado em sua origem. O projeto de dominação que se explicita de maneira extrema sobre os afrodescendentes é filho natural do projeto de dominação do Brasil, um sistema complexo de estruturação de diferentes níveis de poder e privilégios. Coube aos africanos e seus descendentes escravizados o ônus permanente da exclusão e punição; a administração do acesso à educação adquiriu uma de suas especificidades. (CARNEIRO, 2005, p. 104)

Romper com a visão etnocêntrica acerca dos relatos de nossa história é deparar-se com a própria existência a partir de um outro lugar. O não acesso a memória nos coloca em um tempo espaço presente que, desligado de seu passado, tende a se perder com vistas ao que se anseia conquistar, e o que é pior: com ingenuidade acerca do que se apreende no cotidiano, que, por sua vez, é violento e permeado de opressões para aqueles desviantes da norma branca, hetero, cis, masculina e burguesa. De tal modo que esta norma toma forma de força operante na legislação dos corpos mais diversos presentes na nossa sociedade.

Não se pretende negar ou abandonar Marx e seu método. Ele nos é caro e deve ser entendido como um mecanismo extremamente efetivo para compreensão da realidade. Mas sendo a teoria indissociável do método, é necessário ampliar o referencial teórico da categoria profissional de Serviço Social e da Universidade como um todo.

A partir de uma aproximação com a dimensão invisibilizada pelo peso que o protagonismo de homens brancos, permeados por interesses próprios, assumem na escrita sobre o movimento da humanidade ao longo dos anos, décadas e séculos, seu compartilhamento étnico-racial é algo que também os definem, no sentido de um critério que os une e os diferencia dos demais. Como visto, a branquitude, se apresenta então como um componente primordial no que tange a reflexão sobre construção e os efeitos do racismo na formação do pensamento social e político do Brasil. E isso não se dá porquê lê-se autores brancos na academia, ou na formação profissional de Serviço Social, que seja, mas porque

não é dado o mesmo espaço para que outros autores – sobretudo africanos e negros – também falem e apontem aquilo que para eles são as causas do extremo abismo entre brancos e negros no Brasil e no mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, a condição do branco como norma contou com o reforço da ciência e outras áreas de conhecimento, bem como do Estado que por meio da instrumentalização da administração pública pelo homem branco imputaram e reproduziram desigualdades desde o fim da escravidão até os dias de hoje. Os danos dessa construção da supremacia racial branca no Brasil, e da raça como um lugar subalterno que identifica e marca os corpos negros, gerou e gera inúmeros efeitos devastadores nas relações sociais. Relações estas que mediadas pela racialização dos sujeitos nega o racismo como uma dimensão que os diferencia, mas que se privilegia dela para manutenção da ordem branca.

O Estado é um lócus de disputa entre a permanência e a transformação das relações sociais e das estruturas de opressão, no qual a ausência de políticas voltadas para a equidade racial e social são materializações do silenciamento do Estado frente à desigualdade racial do Brasil. Não enunciar o racismo como um determinante sócio-histórico corrobora para a invisibilidade da violência e violações de direitos sob as quais o negro está exposto, e para sua reprodução.

O Serviço Social, portanto, inserido neste espaço de contradições e disposto a gerar força contrária ao receituário capitalista, apresenta um distanciamento para com os determinantes sócio-históricos da realidade em que se insere. O Brasil não pode ser lido sob os moldes da desigualdade social presente na Europa. O Brasil deve ser entendido a partir da divisão racial que propiciou a acentuada assimetria entre negros e brancos brasileiros.

É preciso falar da raça, posto que “por mais dolorosa que possa ser esta constatação, somos obrigados a fazê-lo: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco” (Fanon, 2008, p.28). Afinal, o processo de branqueamento no Brasil é perverso e contínuo. Quando não por meios legais, como o exército negro aprisionado nas cadeias do país, ele é materializado no braço armado do Estado e condiciona jovens negros à morte massificada. E aos que não são atingidos pela bala que extermina o corpo, resta a fuga inconsciente da própria condição que os liga a estes corpos lidos como descartáveis. Tem sido, ao longo da história, e por força da didatura midiocrática, imputado ao negro que ele se assuma como “moreno”, “pardo”, ou o que for, mas nunca ele mesmo: um afrodescendente. Negro! O Brasil se embranquece ao matar negros e ao ensinar aos negros que eles são suspeitos, aptos para trabalhos degradantes, intelectualmente inferiores, e sinônimos de uma estética agressiva ou no máximo “exótica”.

A luta antirracista deve estar no centro dos projetos societários contrários ao conservadorismo e ao sistema capitalista. A burguesia é branca e a branquitude é burguesa. E

uma vez que a esquerda brasileira, e o Serviço Social, pelo seu viés progressista e socialista, se comprometem com o estudo da burguesia, em confronto às bases da economia capitalista, é primordial que sejam abordadas as estruturas que edificam a hegemonia brasileira.

Há como superar a desigualdade sócio-racial, no Brasil, sem que o debate de raça seja feito? Ou sem que haja um estudo sobre as incidências do período da escravidão, ainda hoje, nas relações sociais brasileiras? Negar, ou invisibilizar a divisão racial adotada nos primórdios do Brasil não irá contribuir para a superação do racismo e dos preconceitos; afinal, esta foi, por muito tempo, uma postura do Estado brasileiro ante as questões de raça neste país, e que suscitou uma mínima mudança de postura devido às pressões exercidas pelos Movimentos Negros ao confrontar o silenciamento do Estado em relação às condições sob as quais os negros e negras africanos e seus descendentes estiveram durante o exercício do trabalho escravo e na transição advinda pós-abolição para o trabalho livre e assalariado.

Vale dizer que em meio a todo esse processo de branqueamento estiveram presentes organizações e movimentos negros, desde e antes de Palmares, para barrar e fazer frente à truculência do homem branco. Resistir é condição inerente para a sobrevivência da população negra desde que o primeiro africano foi escravizado. Todo negro resiste, mesmo que não se entenda como tal. Todo negro clama pela vida e sente as amarras invisíveis atreladas à raça, mesmo que não as identifique como racismo. E todo negro ao soltar os próprios nós que o impede que toque a si mesmo e se reconheça como tal, acaba por afrouxar o nó coletivo de todo seu povo. Todos os negros são referência de luta, simplesmente por existirem em um mundo branco.

Posto isto, o ensino da questão racial na formação acadêmica da/o Assistente Social traz a tona a possibilidade da criação de alternativas para a superação do racismo que assola e violenta sujeitos negros e negras no país; de tal modo que Assistentes Sociais que participam da gestão, formulação, execução e avaliação de políticas públicas, têm, como alicerce neste espaço que incide sobre a vida de tantas cidadãs e cidadãos, ao apropriar-se da história e realidade da população negra brasileira, a alternativa de criar respostas por meio de políticas afirmativas que evidenciem que o racismo precisa ser combatido, a partir da compreensão de sua existência e das formas com que ele se apresenta nos diversos setores da sociedade. E, principalmente, colocar em questão a branquitude e as inúmeras facetas e desenvolturas que ela possui em seu espaço de poder.

Que a categoria se proponha por meio desses apontamentos a aprofundar seus debates; a incorporar a obra de autores negros para compreensão da temática racial; a proporcionar uma formação profissional em que a questão racial não seja uma lacuna preenchida apenas

pelo contato com os movimentos negros e sociais. Esse movimento conseqüentemente acarretará na ampliação da produção de conhecimento da categoria sobre as dimensões raciais que estão presentes na Questão Social e na composição da classe dominante no Brasil. É, sobretudo, necessário que a temática seja inserida em todas as ementas do curso de Serviço Social. Afinal, a raça perpassa todas as análises a serem feitas, desde o estudo da Economia Política à Análise de Políticas Sociais. Destarte, o colonialismo no Brasil, a divisão racial, a assimetria entre brancos e não-brancos, e a relação entre branquitude e burguesia, irão perpassar todas as discussões feitas pela profissão e aprofundar a aproximação com a realidade complexa em que o Serviço Social se insere no Brasil. Que a categoria se comprometa, dado seu histórico de luta e de enfrentamento aos retrocessos, com o avanço e com a vida do povo negro.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS, **DIRETRIZES GERAIS PARA O CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível no link: <[http://www.cressrs.org.br/docs/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares.pdf](http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf)> Acesso em 10 de setembro de 2016.

**Brasil. DECRETO 528, de 28 de Junho de 1890**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 18 de setembro de 2016.

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares da ABEPSS**. Acessado em 23/11/2016. Disponível no site : <HTTP://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social : fundamentos e história** / Elaine Rossetti Behring, Ivanete Boshetti. – 5.ed. – São Paulo : Cortez, 2008. –(Biblioteca básica de serviço social ; v. 2)

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2003.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. 1500. Acessado em 10/11/2016. Disponível no site: [http://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/livros\\_eletronicos/carta.pdf](http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf)

CARDOSO, Angela Ernestino. **Formação profissional e currículo: a representação racial como sistema de significado**. In: 14º CBAS, 2013.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007)**. Coimbra, 2008.c

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Feusp, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: Ashoka Empreendimentos Sociais

Takano Cidadania (Orgs.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 49-58.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 1998.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo.** Lisboa: Sá da Costa, 1978.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital,** Tradução Silvana Finzi Foá, São Paulo, Xamã, 1996.

**Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa : métodos qualitativo, quantitativo e misto /** John W. Creswell ; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre : Artmed, 2007.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Globalização, correlação de forças e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2013

FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras brancas.** Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREITAS, Tais Pereira de. **Serviço Social e o debate de raça: o silenciamento da fala como elemento da reprodução da desigualdade.** In: 15º CBAS, 2016.

GUERRA, Yolanda. ORTIZ, Fátima da Silva Grave. VALENTE, Joana. FIALHO, Nádia. **O DEBATE CONTEMPORÂNEO DA “QUESTÃO SOCIAL”** IN : III Jornada Internacional de Políticas Públicas, Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI – UFRM. São Luís – MA, 2007. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda\\_fatima\\_Joana\\_Nadia.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Nadia.pdf)>

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira.** In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, p. 223-244.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI.** In: *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 N.º 1. Janeiro/Abril, 2016.

GUIMARÃES, A. S. A. , **Racismo e Anti-racismo no Brasil.** *Novos Estudos CEBRAP* N.º 43, PP. 26-44, 1995

**História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília : UNESCO, 2010. 1208 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** – 6. Ed. – São Paulo : Cortez, 2011

IANNI, Octavio. **Industrialização e desenvolvimento social no Brasil.** Editôra Civilização Brasileira, 1963 - 269 páginas.

JACCOUD, Luciana. **O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial.** In: THODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.* Brasília: Ipea, 2008. p. 131-166.

JANOÁRIO, Ricardo de Souza; MENEZES, Franciane Cristina de. **Relações etnicorraciais e formação em Serviço Social: um diálogo necessário?** In: 12º ENPESS, 2010.

LIMA, Arlete. **Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1987, 111p.

MALOMALO, B. **Branquitude como dominação do corpo negro: Diálogo com a sociologia de Bourdieu.** *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN* , v. 6, p. 175-200-200, 2014.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. **O Racismo brasileiro e suas repercussões: uma lacuna na formação profissional do Assistente Social.** In: 13º ENPESS, 2012.

MARX, Karl. **O Fetichismo da Mercadoria e o Seu Segredo,** In: *O Capital*, vol. 1. 1867



MOORE, Carlos. **O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão**/ Carlos Moore - Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010. (Coleção Repensando África, Volume 5).

MOORE, Carlos. **Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Mazza Edições, 2007.

MOTTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. **Restruturação do capital, Fragmentação do trabalho e serviço social**. Disponível em: <http://ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-040.pdf> Acesso em: xx (data).

MOURA, Clóvis. **Escravidão, Colonialismo e Racismo**. IBEA - Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas – SP. Afro-Ásia, 14 – 1983

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e Sentidos**. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

NASCIMENTO, Abdias do. Documento 7: **Quilombismo: um conceito científico emergente do processo histórico-cultural da população afro-brasileira**. In:

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1980. p. 255-295.

NASCIMENTO, Adriane Sousa; SILVA, Ecila Raphaela Barroso da Silva; MAGALHÃES, Larissa Santos. **Trabalho escravo contemporâneo: realidade no estado do Pará**. In: 12º ENPSS. 2010.

NETTO, J.P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In MOTA A.E. et al (orgs) **Serviço Social e Saúde: formação e Trabalho Profissional** . 4e.d., São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço social : uma análise do serviço social no Brasil pós-64** / José Paulo Netto - 8. ed. - São Paulo : Cortez, 2005.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da "questão social"**. Temporalis, n. 3, Brasília: ABEPSS, p. 41-49, 2001.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª edição. São Paulo: EDITORA EXPRESSÃO POPULAR, 2011.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O índio e o mundo dos brancos**. 3ª edição. Brasília: Editora da UnB, 1981 [1964]

PATROCÍNIO, José do; REBOUÇAS, André. **Manifesto da Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Gazeta da Tarde, 1883.

PEREIRA, P. A. P. **Questão Social, Serviço Social e Direitos da cidadania**. Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2. Nº 3 (jan/jul.2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.\*

PONTES, Reinaldo Nobre. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção Do Serviço Social**. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>. Acesso dia 05/12/2016.

RAGO, Luzia Margareth. **Sexualidade e identidade na historiografia brasileira**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 19., 1997, Belo Horizonte. História e cidadania. Anais do XIX Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP/ANPUH, 1998. v. 1, p. 185-201.

RAMOS, Alberto Guerreiro (1995[1957]a), **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ

ROCHA, Graziela do Ó. **Trabalho Escravo contemporâneo no Brasil: expressões, políticas públicas e conflitos de interesses**. In: 12º ENPESS. 2010.

SALVADOR, Evilasio; YANNOULAS, Silvia . **Orçamento e financiamento de políticas públicas: questões de gênero e raça**. Revista Feminismos, v. 1, p. 2-28, 2013.

SANTOS, Camila Lima dos. **As temáticas de gênero, raça/etnia no âmbito do Serviço Social brasileiro**. In: 14º ENPESS, 2014.

SANTOS, Sandra Neres. **Serviço Social: apropriação da Teoria Social Marxista e a Formação Profissional Crítica**, in : III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte – MG, 2013. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20APROPRIA%C3%87%C3%83O%20DA%20TEORIA%20SOCIAL%20MARXISTA.pdf>

SANTOS, Valdeluce Nascimento; EVANGELISTA, Gislene; CORREIRA, Marcia Conceição Martins. **O Serviço Social e a questão étnico-racial: um estudo introdutório do ponto de vista ético, teórico e metodológico.** In: 12º ENPESS, 2010.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social : resistência e emancipação?** / José Fernando Siqueira da Silva. – 1. Ed. – São Paulo : Cortez, 2013.

SILVA, Marcela Soares; SILVA, Sabrina Rodrigues da; SUGASTI, Chandra Devi Sara; TEIXEIRA, Raquel Moura da Costa; ANDRADE, Loyane Souza. **Trabalho escravo contemporâneo e acumulação flexível: Quais são as alternativas apresentadas?** In: 13º ENPESS. 2012.

SILVA, Marcos Rodrigues da. **O negro no Brasil: história e desafios.** Série Vivência. Publisher, Editora FTD, 1987.

SOUZA, Maria Aparecida de Oliveira. **Negras nós somos, só não temo o pé no torno”: a identidade negra e de gênero em Conceição das Crioulas,** Contendas / Tamboril e Santana (Salgueiro-PE) / Maria Aparecida de Oliveira Souza. – Recife: O autor, 2013.

SILVA, Maria Nilza da. **O negro no brasil: Um problema de raça ou de classe?** In: Revista Mediações, Londrina, v.5, n.2, p.99 - 124, jul./dez. 2000.

SOVIK, Liv. **Aqui ninguém é branco** / Liv Sovik. - Rio de Janeiro : Aeroplano, 2009.

Universidade de Brasília. Departamento de Serviço Social. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social Diurno,** 2011. Acesso em: 10 de agosto de 2016.

VIEIRA, Bianca Machado Concolato. **O Serviço Social ante as desigualdades sociais advindas da discriminação racial no Brasil.** In: 12º ENPESS, 2010.

WAILSELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência, homicídios por armas de fogo no Brasil.** 2016 / Julio Jacobo Wailselfisz. – Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Flacso Brasil, 2016. 74 p.

WEBER, Max. **Os tipos de dominação.** In: Economia e Sociedade. 4a. Edição – Brasília: Editora UnB, 2012, p. 139-160.